

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2021

Senhores Acionistas,

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em observância aos preceitos legais e estatutários, através de sua Diretoria Executiva, submete à apreciação de vossas Senhorias o seu Relatório da Administração, acompanhado das Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1. A INSTITUIÇÃO

A Agência de Fomento é uma instituição financeira não bancária, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital fechado, que atua sob a supervisão do Banco Central do Brasil e rege-se por seu Estatuto Social, Lei das Sociedades Anônimas e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Foi criada em 2002 pela Lei Estadual nº. 1.298 e tem como acionista majoritário o Estado do Tocantins.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 - Prospecção e Oportunidades de Negócios

O exercício de 2021 continuou sendo um ano desafiador, marcado pela continuidade de um período epidêmico que vem sendo causado pela pandemia da Covid-19. Também foi um ano de esperança para economia tocantinense, que começou a se recuperar de forma gradativa.

A Agência de Fomento compreendendo todos impactos expostos ao cenário econômico, durante todo ano buscou ser um braço forte junto aos empreendedores tocantinense. Várias medidas foram adotadas a fim de que todos os empreendimentos pudessem ter acesso ao crédito, equilibrando suas finanças bem como fonte de sobrevivência do negócio e da manutenção de empregos e geração de renda.

Obedecendo todas as recomendações da OMS - Organização Mundial de Saúde em combate a pandemia COVID-19, os decretos municipais e estaduais, a Agência de Fomento atuou com responsabilidade, sempre pautada em levar atendimento a todos os municípios em momentos onde o empreendedor mais necessitou de ajuda financeira para que seu negócio viesse a sobrevir diante de tantos impactos.

Desde o início da pandemia a Agência de Fomento tem adotados medidas de flexibilização para tomada do crédito, tais como: disponibilização de linhas de crédito emergenciais, isenção de apresentações de certidões, municipais, estaduais e federais, aumento nos prazos de amortização e concessão de carências nas operações de crédito, proporcionando melhores condições de pagamento e realização de análise de empresas com restritivos registrados em período da pandemia. O objetivo dessas flexibilizações e

proporcionar aos empreendimentos tocantinenses a oportunidade de se manterem no mercado e continuarem contribuindo para economia.

Para consolidação dos resultados alcançados, foram realizadas várias ações, como também parcerias importantes, que vieram a contribuir de forma positiva para o desenvolvimento da Agência e dos empreendimentos atendidos.

Segue a relação das ações e parcerias realizadas no decorrer deste ano:

- ✓ Programa de Crédito em parceria com ACIPA, criando condições diferenciadas para os associados da ACIPA-Palmas;
- ✓ Lançamento do Programa Mulher Fomento, uma linha que visa resgatar os empreendimentos, exclusivamente de mulheres empreendedoras, que foram afetados durante a crise causada pela Covid-19, além de impulsionar e manter o crescimento dos pequenos negócios;
- ✓ Lançamento do Programa Mais Leite - O Programa Crédito Popular direcionado, designado para atender a pequeno produtor de leite do Estado do Tocantins, na produção da bacia leiteira, com o objetivo de viabilizar recursos, nas modalidades de investimentos e custeio da produção;
- ✓ Lançamento do programa Fomento Presente, ação desenvolvida para atender todos os municípios tocantinense, em parceria com as prefeituras e sala do empreendedor;
- ✓ Participação na Agrotins, abordando os benefícios disponíveis na Fomento para o ramo da piscicultura;
- ✓ Parceria firmada com a FECOMÉRCIO lançando a linha “Crédito Fácil”, que irá contemplar os associados à federação;
- ✓ Lançamento do Crédito Online na plataforma do site institucional, buscando facilitar e agilizar o processo de crédito- liberado para operações de até R\$ 20 (mil);
- ✓ Lançamento do Programa Fomento Giro Fácil para operações de até R\$ 10 (mil), modalidade realizada de forma online na plataforma do site institucional. Uma linha de acesso rápido e taxa diferenciada. Objetiva atender a empresa em uma situação de emergência financeira;
- ✓ Continuidade do Programa Fomento Presente, programa de gestão municipalista que tem como objetivo levar atendimento a todos os municípios do Estado;
- ✓ Participação da 2º Fórum de Turismo das Serras Gerais, realizado na cidade de Dianópolis-TO;
- ✓ Celebração de parceria com ACIG – Associação Comercial e Industrial de Gurupi, contemplando as empresas associadas;
- ✓ Consolidação do Programa Juventude Empreendedora, linhas disponibilizadas aos jovens empreendedores que participaram do Programa Geração 4.0;
- ✓ Participação do 1º encontro de empresários na cidade de Colinas do Tocantins;
- ✓ Agência de Fomento participou da reunião do Conselho Empresarial de Turismo CETUR como membro, o qual foi apresentado a nova sede da Fecomércio e

- Discussão do Calendário cultural, Portal CETUR e apresentação do projeto Vai Turismo;
- ✓ Participação de reunião com produtores em Gurupi para moldar a Programa de Crédito destinado para piscicultura/Tilápia;
 - ✓ Celebração de parceria com FINEP, recurso para inovação, pesquisas e tecnologia;
 - ✓ A presidente da Agência de Fomento do Estado do Tocantins, Denise Rocha Domingues, participou da WEBINAR “Lideranças Femininas em prol do Desenvolvimento do País” promovida pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE);
 - ✓ Reestruturação do Programa de Financiamento aos taxistas e moto taxistas do Estado do Tocantins – PROGRAMA MOBILIDADE URBANA, com a finalidade de conceder financiamento de capital fixo, para a aquisição de veículos e motos novas;
 - ✓ Participação de Reunião junto a FINEP, ABDE e SEBRAE, alinhando as demandas da linha para inovação – Recurso FINEP;

O exercício de 2021 foi sem dúvida um ano positivo, com todas as ações realizadas, e comprometimento da equipe da Agência foi possível alcançar o objetivo traçado. Foram mais de 60 municípios do Estado e diversos segmentos atendidos com liberação de crédito neste ano.

2.2 - Operações de Crédito – Recurso Próprio

Agência de Fomento, em consonância com o governo do Estado liberou no ano de 2021 um total de **R\$ 8.351 (mil)** em operações de crédito, distribuídos entre empréstimos e financiamentos, atendendo os diversos segmentos do Estado, impulsionando a economia na manutenção de receita e emprego.

Do montante analisados e liberados entre janeiro e dezembro/2021 foi registrado uma média de liberações de R\$ 19 (mil) por empreendedor. Do total de liberações, **24,80%** foi destinado para a linha Comércio e Serviços, **61,83%** para o Microcrédito, a fatia de **6,75%** foi destinado as linhas "Crédito online", para linha Mobilidade urbana **1,50%**, ouve ainda **0,31%** das liberações para linha Indústria; para a linha do Profissional Liberal **2,57%** e para linha de Crédito **Fomento Implantação** a fatia foi de **2,24%**, totalizando os 100% das liberações neste exercício de 2021.

2.3 - Taxa de Juros, Prazo e Carência nas Operações de Crédito

A taxa média de juros ficou em 1,78% a.m, considerado as medidas e critérios adotados pela Instituição para atender os empreendimentos tocantinense que apresentaram restrições financeira no período que abrange a pandemia. O prazo médio de amortização

das operações de crédito foi de 34 meses. Do montante de R\$ 8.351 (mil) **99,78%** das liberações de crédito foram liberados com carência e **0,22%** sem carência.

2.4 - Rating das Operações de Crédito

Os rating das operações para o exercício de 2021 ficaram assim distribuídos: **10%** estão classificadas no nível de risco "**AA**", 32% estão no nível de risco operacional "**A**", 29% da fatia foram liberados com risco inicial "**B**" tendo o mesmo percentual de **29%** para as operações de crédito liberadas classificadas inicialmente com o nível de risco "**C**".

2.5 - Garantia das Operações de Crédito

Em relação ao tipo de garantia do recurso próprio, para o ano de 2021, os resultados foram: **24%** das operações estão concentradas em Alienação Fiduciária (considerando alienação fiduciária de imóveis e veículos) como garantia das operações e, **76%** das operações, estão concentradas nas garantias Fidejussória - Aval

2.6 - Operações de Crédito com Recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR

Agência de Fomento através do recurso de terceiro - FUNGETUR liberou no ano de 2021, um total de R\$ 2.420 (mil) em operações de crédito distribuídos entre empréstimos e financiamentos, atendendo as necessidades do segmento de Turismo em todo Estado proporcionando melhorias aos mais impactados pela crise da COVID-19, com prazos, carência e taxa de juros conforme as regras do Fundo.

Do montante analisados e liberados entre janeiro e dezembro/2021 foi registrado uma média de liberações de **R\$ 61 (mil)** por empreendedor.

O prazo médio de amortização das operações de crédito foi de 53 meses. Do montante, de R\$ 2.420 (mil) foram liberados 100% com carência, de acordo com as regras do Fundo - FUNGETUR.

Os **Rating** das operações de crédito liberado em 2021 com recursos de Terceiro/Fungetur, ficaram em, **4%** classificadas no nível de risco "**AA**", **4%** estão no nível de risco "**A**", **80%** estão concentradas as operações de risco Operacional "**B** e **12%** nas operações de nível de risco "**C**".

Quanto as garantias das operações de crédito com recursos de terceiros, **73%** das operações de 2021, estão concentradas em Alienação Fiduciária (considerando alienação fiduciária de imóveis e veículos) e **27%** das operações como garantias Fidejussória - Ava.

2.7 - Operações de Crédito com Recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social - FDES

No ano de 2021 a Agência de Fomento liberou um total de R\$ 1.371 (mil) em operações de crédito, distribuídos entre, **Crédito Popular** e **Mais Leite** destinado como Crédito emergencial para MEI e pessoa física com atividade informal com e sem restritivos no período que abrange a pandemia, atendendo os principais municípios do Estado melhorando as condições de negócio para esse público. Do montante analisados e liberados entre janeiro a dezembro/2021, foi registrado uma média de liberações de R\$ 5 (mil) por operação.

2.8 - Análise de Crédito Geral

À Agência de Fomento através de suas ações e em Consonância com o governo do Estado, driblaram os per causos e desafios em mais um ano difícil no cenário econômico global afetado por causa da pandemia da COVID-19, proporcionando os gestores de negócio tocantinenses soluções, novas possibilidades de crescimento mesmo que em meio as dificuldades, dando a esses, novas perspectiva através do acesso ao crédito principalmente os micros e pequenas empresas e, de forma responsável e consciente, a Coordenadoria de Análise desta Agência analisou projetos e empreendimentos de maneira mais simples, ágil e segura, viabilizando a manutenção e geração de renda no comércio tocantinense.

3. GESTÃO DE CRÉDITO

No Exercício de 2021 a carteira ativa (saldo de créditos a receber, excluindo os prejuízos) ficou em R\$18.485 (mil) superior aos R\$ 11.705 (mil) do ano anterior havendo um aumento de R\$ 6.780 sendo 58,% maior.

A Despesa de Provisão para operação de Créditos encerrou o período com R\$ 2.041 (mil), sendo a média mensal de R\$ 170 (mil). Parte deste resultado se deu em virtude do aumento nas liberações efetivadas no exercício de 2021, onde cada contrato liberado tem seu percentual de provisão conforme o *rating* que o cliente foi classificado. Como também sendo reflexo de créditos liberados em gestões anteriores. São créditos que se tornaram problemáticos ao findar sua carência, e não ter honrado com os pagamentos das parcelas mensais, se tornando inadimplentes, gerando despesas de provisão para devedores duvidosos e, posteriormente, ocorrendo à baixa destes créditos na Carteira Ativa e migrando-os para a Carteira de Créditos Baixados como Prejuízo. Tais situações refletem, consequentemente, nos resultados econômicos e financeiros do exercício de 2021.

A Reversão de Provisão das Operações de Crédito totalizou em R\$ 457 (mil). fruto de recebimentos efetivos de créditos inadimplentes que estavam provisionados e que, ao receber tais valores, consequentemente, aumenta a reversão e reduz o saldo das provisões em carteira ativa.

A Carteira de Créditos Baixados como prejuízo registrou um montante de R\$ 507 (mil). Esses créditos são provenientes de cobranças sem êxito no recebimento, mas apesar de baixadas em prejuízo, continuam em processo de cobrança e ou ajuizamentos.

Dos créditos que foram baixados como prejuízos foram recuperados R\$ 249 (mil). Os recebimentos desta carteira são bastante significativos para a Instituição, por serem considerados como receita líquida no resultado geral do período. A carteira de Créditos Baixados como Prejuízo é uma carteira que apresenta dificuldade de recuperação, por se tratar de créditos inadimplentes há mais de 360 dias, o que conseqüentemente diminui as chances de recebimento de uma dívida.

Os créditos renegociados ficaram em R\$ 751 (mil). As renegociações também evidenciam a boa gestão do crédito, por se tratar de créditos que estavam ou poderiam ficar inadimplentes, bem como créditos baixados como prejuízo, que não apresentam perspectivas de recebimento, porém, ao renegociar, renovam-se as chances de recebimento das novas composições de dívida e também migram para a Carteira Ativa.

O saldo das parcelas vencidas até 60 dias fechou em R\$ 407 (mil), vencidas até 90 dias R\$ 121 (mil), vencidas acima de 90 dias R\$ 275 (mil). Parcelas vincendas R\$ 17.682 (mil). Baseado na resolução nº 2682 de 1.999 do Banco Central, vigente, o parâmetro para mensuração da inadimplência total acima de 90 dias, considera-se os saldos vencidos + vincendos, que neste semestre somou um saldo de R\$ 18.485 (mil).

Medidas Adotadas para mitigação do processo de cobrança e recuperação de crédito.

O processo de cobrança origina-se a partir de informações geradas no Relatório de Créditos Vencidos, referentes a parcelas vencidas e com pagamentos em atraso, que será distribuído aos integrantes da Gestão de Crédito.

Rotinas Adotadas:

A partir 1º dias atraso	Informar ao cliente via ligação e mensagens sobre o debito existente, solicitar uma previsão de regularização do mesmo.
A partir 21º dias atraso	Informar ao cliente que caso ele não regularize o debito será promovida a inscrição dos devedores, no SPC, no SERASA e Protesto.
A partir 31º dias atraso	solicitar ao cliente, aos avalistas e aos fiadores o pagamento do débito e relatando a próxima providência será o encaminhamento ao Departamento Jurídico.
A partir do 61º	A partir de então a critério da direx será encaminhado ao departamento Assessoria Jurídico para cobrança judicial.

Todos os cliente são informados sobre seu débito na Instituição através de ligações telefônicas, mensagens Whatsapp, carta cobrança com AR e citações judiciais, concedendo um prazo de 15 dias para se manifestar sobre o pagamento da dívida.

A Gestão de crédito tem uma grande preocupação com os clientes que ficam inadimplentes a partir de 01 dia de atraso, uma vez que a prevenção ajuda a evitar prejuízos futuros.

Sendo assim, conclui-se que a Gestão de Crédito vem buscando recuperar prejuízos, cobrar a carteira ativa inadimplente e a prevenção de possíveis atrasos que venham a prejudicar a receita da Agência.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2021 as receitas totalizaram R\$ 4.329 (mil), incluindo as reversões e recuperações de créditos baixados como prejuízo e as despesas totais no valor de R\$ 7.419 (mil), incluindo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, o resultado líquido acumulado do exercício de 2021, foi um prejuízo de R\$ 3.090 (mil).

As Aplicações Financeiras do período seguiram a política de investimentos da Instituição, produzindo receitas no valor de R\$ 582 (mil). Ao final do exercício, o saldo das aplicações alcançou o valor de R\$ 12.870 (mil), estando R\$ 7.277 (mil) aplicados em Fundos de Investimento e R\$ 5.593 (mil) em Títulos de Renda Fixa (LFT).

Os Ativos da Agência de Fomento apresentaram um saldo de R\$ 33.593 (mil). Os seus principais componentes são a carteira de operação de crédito no valor de R\$ 16.168 (mil) equivalente a 48%, as aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais no valor de R\$ 12.870 (mil), correspondente a 38% e 14% sendo de outros ativos.

O Passivo Circulante somou R\$ 2.341 (mil), sendo obrigações por repasses a instituições oficiais e outras obrigações, tais como: funcionários, impostos, contingências e fornecedores. Já o Passivo Não Circulante R\$ 9.196 (mil) referente a obrigação por repasses a instituições oficiais.

O Patrimônio Líquido finalizou com o saldo de R\$ 22.056 (mil), distribuídos em R\$ 40.411 (mil) de Capital Social subscrito, R\$ 41.300 (mil) Capital Social integralizado, R\$ 111 (mil) capital a realizar, R\$ 153 (mil) de Reserva Legal e R\$ 19.397 (mil) de prejuízo acumulado.

5 - AÇÕES E CAPTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS: APORTES, FUNDOS e RECURSOS DE TERCEIROS

No exercício de 2021 foi mais um ano desafiador, continuar com o crescimento da Fomento em meio as adversidades da pandemia, que veio desde 2020. No entanto a Fomento conseguiu alavancar sua carteira de crédito, finalizando o exercício com R\$ 28 milhões em recursos administrados, sendo 23 milhões em recursos próprios e recursos do Fungetur, R\$ 5 milhões em recursos administrados do Fundo de Desenvolvimento Econômico Sustentável - FDES.

A captação e administração dos recursos financeiros contaram com:

- Captação de aproximadamente R\$ 5 milhões do FINEP
- Aporte recursos próprios de R\$ 1,3 milhões dos acionistas, efetivado no final de 2021;
- Continuidade na administração dos recursos do Fungetur, R\$ 10 milhões, mais a disponibilidade de R\$ 9 milhões de recursos adicionais;
- Aguardando liberação de R\$ 10 milhões do FDES para linha da piscicultura;
- Continuidade na administração de R\$ 10 milhões do FDES para linhas de crédito popular, agricultura familiar e demais programas sociais;
- Em tratativas de captação de recursos com o BRB, administração de DIM e/ou correspondente bancário, adiado para quando vierem para Palmas;
- Em tratativas de captação de recursos com o BB, administração de DIM;
- Em tratativas de captação de recursos com o CEF, administração de DIM.
- Efetuados várias reuniões com BNDES, sem sucesso.

Divulgação das Linhas de Crédito através de diversos meios de comunicação e projeto de visitas aos municípios após Covid-19;

Pulverização dos créditos para micro e pequenos empreendedores, diminuindo o risco de concentração de crédito;

Intensificação das prospecções para alavancagem e ações de crédito no interior, através de empresas de vários segmentos, aumentando a capilaridade de atendimento da Fomento. Hoje possui pontos externos de atendimento, sendo uma em Gurupi ao sul do Estado e outra em Araguaina ao norte do Estado, ambos atendendo na sede do É Pra Já.

Desenvolvido a plataforma digital, para atendimento mais rápido e menos burocrático, alcançando todo Estado. Iniciado com linha microcrédito, crédito popular e FUNGETUR.

Agência de Fomento participou no mês de Setembro/21 do Programa Avança Turismo Tocantins (Edição Aurora), promovido pela Agência do Desenvolvimento do Turismo,

Cultura e Economia – ADETUC, com a participação de vários órgãos do estado envolvidos o segmento do Turismo. Implantou a linha da mulher, Campanha Fomento presente, Recupera Turismo, Recupera Jalapão.

Redução das despesas administrativas através da revisão de contratos de prestação de serviço com fornecedores;

Requalificação do quadro de funcionários;

Os bens dados em dação de pagamento e ou consolidação de dívidas, foram comercializados quase que sua totalidade através da venda direta, foram vendidos todos os recebidos em dação de pagamento, sendo 2 finalizados os processos de registros em cartório em fevereiro 2022, restando apenas 1 imóveis recebidos em consolidação de dívidas para comercialização, que foi consolidado recentemente;

Planejamos e realizamos várias reuniões com órgãos Estaduais e Municipais com o intuito de propor parcerias em prol do desenvolvimento sustentável;

Ajustes e implantação em LGPD, PLD, Setor de Controle de Riscos, atualização de políticas e manuais, entre outros.

Continuidade de ajuizamentos das operações inadimplentes;

Intensificação na recuperação de créditos em atraso e baixados em prejuízos, através de campanhas de descontos, realizados para os clientes baixados em prejuízo e para os clientes em atraso;

Parcerias com Órgãos Estaduais, Federações e Associações Comerciais, voltado para o crescimento econômico.

6. GESTÃO ORGANIZACIONAL

6.1 Gestão de Riscos

A Coordenadoria de Riscos em instituições financeiras atua no processo de gestão integrada de riscos, de acordo com o que está estabelecido na Resolução CMN n.º 4.557 de 23/02/2017. Sendo que, o seu papel é de:

- Orientar, verificar e monitorar os usuários quanto a identificação, mensuração e avaliação dos riscos operacionais e controles internos de cada área;
- Alimentar e verificar no sistema de controle os planos de ação, perdas, e outras informações. Executar e verificar a conformidade das informações necessárias para a realização de avaliação qualitativa e quantitativa dos riscos;
- Encaminhar e monitorar o relatório ao Coordenador quanto ao posicionamento dos riscos institucionais;

- Lançar e monitorar no sistema de controle os eventos de perda capturados automaticamente ou manualmente pela própria Coordenadoria ou pelas demais áreas;
- Auxiliar, elaborar e monitor o plano de continuidade, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e apresentar ao coordenador;
- Informar através de relatório ao coordenador os planos de ação após a finalização dos ciclos de atividades;
- Elaborar mensalmente relatórios de Riscos de Crédito, Índices de Basileia acerca dos descumprimentos de normas e sugerir revisão dos processos e políticas de gestão de riscos operacionais, sempre que necessário e apresentar ao Coordenador;
- Executar e auxiliar na revisão dos processos e políticas de gestão de riscos operacionais, bem como na divulgação das informações e apresentar propostas de melhorias quanto a revisão da política de riscos tempestivamente;
- Atuar no monitoramento dos processos de crédito quanto à prevenção de lavagem de dinheiro e corrupção, e o controle das operações e limites de riscos operacionais, bem como no que tange a indícios no que se refere a PLD;
- Executar e acompanhar as informações sobre Leis e normas complementares no sistema, bem como a conformidade das normas se está sendo aplicada conforme prevista nas políticas da Instituição;
- Elaborar e desenvolver políticas exigidas pelo Banco Central do Brasil e diretrizes para área de riscos e apresentar para aprovação em Assembléia;
- Desempenhar outras atividades correlatas.

A gestão integrada de riscos e capital constitui-se em instrumento fundamental para a sustentabilidade do sistema da Instituição. Os métodos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle, aprimoramento e mitigação dos riscos salvaguardam as instituições financeiras em momentos adversos e proporcionam suporte para a geração de resultados positivos e recorrentes ao longo do tempo.

Há na Agência de Fomento forte espírito no sentido de cumprir de forma integral as diretrizes do apetite a riscos, materializado por meio do gerenciamento integrado de riscos e capital no processo de tomada de decisão, que contribui para a otimização da relação risco versus retorno em suas operações.

Foi realizada a atualização na Política de Responsabilidade Socioambiental da Agência de Fomento, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 4.327/2014, que dispõe sobre a implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental nas Instituições Financeiras e suas respectivas atualizações e normas complementares, com os requisitos de uma gestão Socioambiental a fim de incentivar e proporcionar o financiamento de negócios sustentáveis, que estejam em consonância com as políticas de governo.

Conforme Lei n.º 9.613/1998 e Circular do Banco Central do Brasil – BACEN n.º 3.978/2020; n.º 4.005/2020, e normas complementares, foram feitas implementações no Manual Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e Combate ao Crime de Financiamento ao Terrorismo, em conformidade às melhores práticas nacionais e internacionais para prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ocultação de bens, direitos e valores e contra o financiamento ao terrorismo.

A Agência de Fomento manteve o efetivo gerenciamento de riscos corporativos com a utilização de ferramentas e modelos em constante atualização, visando o atendimento de exigências legais e à adequação às melhores práticas de mercado. Além disso, conta com o comprometimento do Conselho de Administração, da Diretoria Colegiada e todo o corpo funcional no processo de gestão dos riscos, adotando uma cultura corporativa de mitigação de riscos.

6.2 Controles Internos

O sistema de Controles Internos da Agência de Fomento encontra-se regulamentado através da Resolução CMN nº 4.968/2021 e da Política de Controles Internos e Conformidade, tendo como finalidade o atingimento dos objetivos de desempenho, informação e conformidade, sendo compatível com a sua natureza, o seu porte, a sua complexidade, a sua estrutura, o seu perfil de risco e o seu modelo de negócio. O trabalho desenvolve a cultura de controle, a identificação e a avaliação de riscos, às atividades de controle e segregação de funções, à informação e à comunicação e ao monitoramento.

O Controle Interno participou de cursos para busca de aprimoramento sobre temas bastante relevantes para a Instituição como a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e a Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo, realizando posteriormente a apresentação sobre a LGPD e sua implementação aos setores da Agência de Fomento, assim como na adequação para os procedimentos de monitoramento sobre a Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo.

Realizou-se a execução da atividade de controle composta pela análise mediante parecer em todos os processos administrativos da Agência, com o objetivo de verificação da sua regularidade legal aplicada, conduzindo-os ao cumprimento de regras, normas e procedimentos que são aplicados ao bom funcionamento da empresa.

O Controle Interno também tem buscado atuar de forma a assegurar que as atividades e procedimentos dos setores da Instituição busquem adequar-se às práticas sempre em conformidade com as normas e regulamentos internos e externos, assegurando a mitigação de riscos.

7. AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A; subordinada diretamente ao Conselho de Administração, supervisionada tecnicamente pelo Comitê de Auditoria e ligada administrativamente à Presidência, tem como função apoiar e assessorar permanentemente os gestores e a alta administração da instituição. Seu foco

é a segurança, a eficiência e a eficácia dos controles internos, visando reduzir a exposição a riscos da instituição.

As atividades da auditoria estão estruturadas de acordo com o disposto na Resolução CVM-BACEN nº. 4.588/2017 e nas Resoluções nº 184/2019 e 203/2020; da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A.

Os trabalhos de auditorias preventivas, corretivas e de rotina, realizados nas diversas áreas da instituição, objetivam a inibição de possíveis fraudes contra o patrimônio e as finanças da organização, bem como a verificação do cumprimento das normas internas e externas, assegurando que os procedimentos adotados estejam aderentes às políticas definidas e à legislação vigente.

Para cada exercício, é elaborado o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e, efetivamente materializada no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT e nos Relatórios Semestrais.

Os trabalhos planejados pela auditoria interna têm como base os critérios de materialidade, relevância e risco, que permeiam todos os eixos de atuação, viabilizando a elaboração e apresentação à alta direção dos relatórios das auditorias, que contém recomendações voltadas para mitigação de riscos ou falhas, que são discutidas e elaboradas em conjunto com os responsáveis das áreas auditadas.

No exercício de 2021, atuou no cumprimento das suas competências regimentais ao assistir à Instituição na consecução dos seus objetivos institucionais, emitiu relatório orientativo em alguns setores da Agência, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada com o processo de gestão e adequando-se ao cronograma de trabalho instituído.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pela Instituição nesse exercício e registradas no presente Relatório de Administração demonstram a busca por uma convergência entre o papel estratégico definido e as ações empreendidas no período. Cabe, ainda, o destaque da execução dessas ações de forma associada às demais instituições do Estado, buscando a unidade governamental, a implementação de prioridades e uma atuação direcionada às diversas regiões e setores do território tocantinense. Desta forma, a Instituição segue em direção ao alcance de sua sustentabilidade, alinhada com sua missão e buscando legitimar-se cada vez mais como indutora e articuladora para o desenvolvimento do Estado do Tocantins.

9. RECONHECIMENTOS

A Diretoria Executiva agradece o apoio, a confiança e a colaboração do Governo do Estado e dos demais Acionistas, bem como do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, que foram fundamentais para o andamento das atividades. Finalmente, agradece também aos funcionários que de forma consciente abraçaram o desafio das novas diretrizes para se fazer cumprir a missão da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A.

Palmas - TO, 28 de março de 2022.

DENISE ROCHA DOMINGUES

Diretora-Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS

Diretor Operacional

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Balanças Patrimoniais

Findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO	Notas	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		18.606	21.032	CIRCULANTE		2.341	1.511
DISPONIBILIDADES	4	22	38	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INST. OFICIAIS	10	1.091	491
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	8.602	12.663	FUNGETUR		1.091	491
Títulos de Renda Fixa - LFT		-	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	11	1.250	1.020
Cotas de Fundos de Investimento		7.277	12.663	Cobrança e Arrecadação		1	-
Títulos de Renda Fixa - LFT - Vinculados ao Banco Central		1.325	-	Fiscais e Previdenciárias		189	189
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	5.779	3.430	Diversas		1.060	831
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		8.096	4.670	NÃO CIRCULANTE		9.196	10.170
(-) Provisão para Operações de Crédito		(2.317)	(1.240)	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INST. OFICIAIS	10	9.196	10.170
OUTROS CRÉDITOS	7	2.032	42	FUNGETUR		9.196	10.170
OUTROS VALORES E BENS	8	2.171	4.859	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	22.056	23.842
Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda		2.111	-	CAPITAL SOCIAL	12.a	41.300	39.996
Bens Não de Uso Próprio		-	4.893	De Domiciliados no País		41.411	40.103
(-) Prov. Desv. Outros Valores e Bens		-	(104)	(-) Capital a Realizar		(111)	(107)
Outros Bens		60	70	RESERVAS DE LUCROS		153	153
NÃO - CIRCULANTE		14.987	14.491	PREJUÍZOS ACUMULADOS	12.b	(19.397)	(16.307)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		14.657	14.075				
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	4.268	7.040				
Títulos de Renda Fixa - LFT		4.268	7.040				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	10.389	7.035				
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		10.389	7.035				
INVESTIMENTOS		1	1				
IMOBILIZADO	9	320	400				
Imobilizações de Uso		1.639	1.718				
(-) Depreciações Acumuladas		(1.319)	(1.318)				
INTANGÍVEL		9	15				
Ativos Intangíveis		51	224				
(-) Amortizações Acumuladas		(42)	(209)				
Total do Ativo		33.593	35.523	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		33.593	35.523

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Palmas-TO, 25 de abril de 2022.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS
Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Demonstrações de Resultados

Findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Notas	2021		2020
		2º Semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
	13	1.658	2.890	1.659
Operações de Crédito		1.269	2.309	1.368
Operações com Títulos e Valores Mobiliários		389	581	291
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
	14	(660)	(1.622)	(510)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(632)	(1.587)	(907)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		162	249	484
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses		(190)	(284)	(87)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		998	1.268	1.149
(-) OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(2.243)	(4.358)	(4.202)
Receitas de Prestação de Serviços		367	651	286
Despesas de Pessoal e Honorários	15	(1.458)	(2.913)	(2.814)
Outras Despesas Administrativas	16	(901)	(1.711)	(1.420)
Despesas Provisões Passivas		-	(6)	(59)
Despesas Tributárias	17	(121)	(212)	(141)
Outras Receitas Operacionais		65	82	18
Outras Despesas Operacionais		(195)	(249)	(72)
RESULTADO OPERACIONAL		(1.245)	(3.090)	(3.053)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(1.245)	(3.090)	(3.053)
(-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	-
Provisão para Imposto de Renda		-	-	-
Provisão para Contribuição Social		-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO	13.b	(1.245)	(3.090)	(3.053)
Nº de ações do capital social realizado		6.000.000	6.000.000	6.000.000
Resultado líquido por ação (lote de mil ações)		(0,208)	(0,515)	(0,509)
Valor patrimonial das ações (lote de mil ações)		3,68	3,68	3,97

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Palmas-TO, 25 de abril de 2022.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora PresidenteJORGE LUIZ MATHEUS
Diretor OperacionalANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Demonstrações de Resultado Abrangente

Findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Notas	2021		2020
		2º Semestre	Exercício	Exercício
RESULTADO LÍQUIDO	12.b	<u>(1.245)</u>	<u>(3.090)</u>	<u>(3.053)</u>
Outros resultados abrangentes		-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		<u>(1.245)</u>	<u>(3.090)</u>	<u>(3.053)</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Palmas-TO, 25 de abril de 2022.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora PresidenteJORGE LUIZ MATHEUS
Diretor OperacionalANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Reserva de Lucros - Reserva Legal	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		28.494	153	(13.253)	15.394
Capital Realizado		11.502			11.502
Resultado do Período				(3.053)	(3.053)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		39.996	153	(16.306)	23.843
MUTAÇÕES DO PERÍODO		11.502	-	(3.053)	8.449
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		39.996	153	(16.306)	23.843
Capital Realizado		1.304			1.304
Resultado do Período				(3.090)	(3.090)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		41.300	153	(19.396)	22.057
MUTAÇÕES DO PERÍODO		1.304	-	(3.090)	(1.786)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2021		39.996	153	(18.151)	21.997
Capital Realizado		1.304			1.304
Resultado do Período				(1.245)	(1.245)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	12	41.300	153	(19.396)	22.057
MUTAÇÕES DO PERÍODO		1.304	-	(1.245)	59

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Palmas-TO, 25 de abril de 2022.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora PresidenteJORGE LUIZ MATHEUS
Diretor OperacionalANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Notas	<u>2021</u>	<u>2020</u>	
		<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Reapresentado
Resultado Líquido do Período	12.b	(1.245)	(3.090)	(3.053)
Ajustes do lucro líquido do exercício				
Depreciação e Amortização		59	129	136
Depreciação e Amortização				
Depreciação e Amortização				
Baixa de Imobilizado		-	-	-
Baixa Provisão p/ Desvalorização de Ativos não Financeiros				
Mantidos p/ Venda		-	-	-
Provisões para Contingências		-	6	-
Provisão para Operações de Crédito		632	1.587	907
Ajuste de Exercício Anterior		-	-	(1)
Resultado do período ajustado		<u>(554)</u>	<u>(1.368)</u>	<u>(2.011)</u>
Variação nas contas ativas e passivas				
Ativas		<u>(6.718)</u>	<u>(3.820)</u>	<u>(12.247)</u>
Redução (aumento) dos Títulos e Valores Mobiliários		(3.101)	2.772	(5.229)
Redução (aumento) dos Títulos e Valores Mobiliários				
Redução (aumento) das Operações de Crédito		(4.103)	(7.290)	(6.973)
Redução (aumento) dos Outros Créditos		(287)	(1.990)	(41)
Redução (aumento) dos Outros Valores e Bens		773	2.688	(4)
Passivas		<u>135</u>	<u>(150)</u>	<u>11.174</u>
Repasse do país				
Aumento (redução) Obrigações por Repasses do País		(233)	(374)	10.661
Aumento (redução) Outras Obrigações		368	224	513
Caixa gerado nas atividades operacionais		<u>(7.137)</u>	<u>(5.338)</u>	<u>(3.084)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações no Imobilizado		(8)	(43)	(36)
Caixa gerado (ou aplicado) nas atividades de investimentos		<u>(8)</u>	<u>(43)</u>	<u>(36)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de Capital		1.304	1.304	11.502
Caixa gerado nas atividades de financiamentos		<u>1.304</u>	<u>1.304</u>	<u>11.502</u>
Geração (ou aplicação) de caixa e equivalentes de caixa no período		<u>(5.841)</u>	<u>(4.077)</u>	<u>8.382</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	4	14.465	12.701	4.319
Caixa e equivalente de caixa no final do período	4	8.624	8.624	12.701
Geração (ou aplicação) de caixa e equivalentes de caixa no período		<u>(5.841)</u>	<u>(4.077)</u>	<u>8.382</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Palmas-TO, 25 de abril de 2022.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS
Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Findas em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Tocantins, constituída com base na Lei Estadual nº 1.298/2002. É uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional.

Tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

1.1. Coronavírus (COVID-19)

A Agência desde o início do surto do novo Coronavírus (COVID-19) no Brasil, mantém acompanhamento próximo e diário dos impactos deste evento em suas operações. Diversas medidas e protocolos vêm sendo adotados no sentido de preservar a integridade, a saúde e a segurança de todos os seus colaboradores, tanto no contexto administrativo como operacional, além de se determinar planos de contingência para a sustentação de suas operações. Os canais de comunicação da Companhia com seus colaboradores vêm sendo utilizados na conscientização acerca de cuidados necessários para evitar o contágio e a transmissão do vírus.

Os nossos planos de contingência envolvem diversas frentes de atuação: (1) implantação do regime de trabalho remoto da maneira mais generalizada possível, (2) acompanhamento de casos sintomáticos pela área de segurança e medicina do trabalho para medidas (em conformidade com as orientações das autoridades) imediatas de encaminhamento de cada caso, e (3) eventuais planos de contingência para fazer face ao aumento da inadimplência nas operações de crédito.

Embora as operações da Agência não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, não temos como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados a este cenário de um possível desdobramento da pandemia e novas variantes e, portanto, seguimos com o monitoramento de futuros impactos financeiros e avaliação de ações a serem tomadas, assim como garantimos que as decisões da Agência sejam constantemente atualizadas considerando as orientações de saúde em vigor no Brasil e no mundo.

A administração da Agência entende que não houve necessidade de eventuais mudanças nas premissas e julgamentos atualmente adotados, ou de ajustes nas demonstrações financeiras findas em 31 de março

de 2022, e como resultado da implementação de medidas de monitoramento constante de caixa e dos gastos, a Agência, estima que manterá equilibrado seu fluxo de caixa. Com isso, acredita ter recursos adequados para continuar suas operações no curto prazo e médio prazo, deste modo, o pressuposto de *going concern* foi aplicado na preparação das demonstrações financeiras findas naquela data.

1.2. Guerra da Ucrânia

A invasão da Ucrânia pela Rússia, na última semana do mês de fevereiro de 2022, causou forte reação nos preços dos ativos globais, suscitando dúvidas sobre o impacto que virá nas economias mundiais e os efeitos inflacionários advindos de um choque de commodities.

Como a Rússia é a grande fornecedora de petróleo e gás natural para a União Europeia, sanções sobre as exportações da Rússia tendem a elevar o preço do petróleo e gás natural. A elevação dos preços agrícolas, como o trigo e o milho, deve pressionar também os insumos agrícolas nos mercados, e de alguma forma causar desaceleração das economias mundiais e alta da inflação.

O Banco de Compensações Internacionais (BIS), espécie de banco dos bancos centrais, constata que a economia global enfrenta neste momento uma incerteza generalizada e que os desafios dos Bancos Centrais se tornaram mais complexos, inclusive considerando que sanções tão abrangentes nunca foram aplicadas a um país tão interconectado na economia mundial como a Rússia.

Em função das incertezas acerca do conflito, analistas acreditam que o mercado europeu possivelmente seja o mais prejudicado e, diante da importância dos russos na produção de gás e petróleo, estimam que os efeitos devem ser mais inflacionários. A Agência está monitorando atentamente as repercussões desse conflito e seus impactos na economia mundial e brasileira, e no mercado em que atua.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência os seguintes pronunciamentos das normas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, CPC 41 – Resultado por ação e CPC 46 – Mensuração do Valor Justo - Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso

ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Agência de Fomento.

A autorização para o fechamento das Demonstrações Financeiras da Instituição, referente ao exercício de 2021, foi dada pela Diretoria em 11 de fevereiro de 2022.

3. Principais Práticas Contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

a) Disponibilidade - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de disponibilidades e de Títulos e Valores Mobiliários considerados como equivalentes de caixa (CPC 03), que são utilizados para atendimento dos compromissos imediatos.

b) Títulos e Valores Mobiliários

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos de Aplicação em Fundo de Investimentos são para negociação imediata e as LFT são mantidas até o vencimento, objetivando resguardar o efeito da variação do valor de mercado e a atual prática de contabilização.

c) Operações de Crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com as normas do Banco Central quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/1999 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H”, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – por meio da Resolução n.º 2.682/99.

d) Ativo Imobilizado e Intangível

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas abaixo:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança;
- 20% para sistema de processamento de dados e de transporte.

Os valores registrados no intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%. A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 20% sobre o lucro real, na forma da legislação vigente.

g) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4% respectivamente e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da lei nº 12.715 de 17 de setembro de 2012 as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

h) Passivos contingentes

São avaliados e reconhecidos com base em parecer da Diretoria Jurídica, sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado, para os processos classificados como de perda possível onde não requer a provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas e para processos classificados com perda remota para as quais não efetuamos provisões ou divulgação.

i) Apresentação do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

j) Reapresentação de saldos comparativos das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020

A Agência realizou ajuste na Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, quanto a inclusão da estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa como ajuste ao lucro e alteração da variação das operações de crédito. O ajuste realizado está demonstrado a seguir:

	2020	
	Exercício	Exercício Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado Líquido do Período	(3.053)	(3.053)
Ajustes do lucro líquido do exercício		
Depreciação e Amortização	136	136
Provisão para Operações de Crédito	-	907
Ajuste de Exercício Anterior	(1)	(1)
Resultado do período ajustado	(2.918)	(2.011)
Varição nas contas ativas e passivas		
Ativas	(12.247)	(12.247)
Redução (aumento) dos Títulos e Valores Mobiliários	(5.229)	(5.229)
Redução (aumento) das Operações de Crédito	(6.066)	(6.973)
Redução (aumento) dos Outros Créditos	(41)	(41)
Redução (aumento) dos Outros Valores e Bens	(4)	(4)
Passivas	11.174	11.174
Aumento (redução) Obrigações por Repasses do País	10.661	10.661
Aumento (redução) Outras Obrigações	513	513
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(3.084)	(3.084)

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estava assim composto, em 31 de dezembro 2021:

	31/12/2021	31/12/2020
Contas Correntes - Banco do Brasil	22	38
Títulos e Valores Mobiliários - Circulante (nota explicativa nº 5)	8.602	12.663
TOTAL	8.624	12.701

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro 2021, a carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

Categoria	Prazos	31/12/2021		31/12/2020	
		Saldo	Receitas	Saldo	Receitas
LFT - Vinculado ao Banco Central	01/09/2023	1.325	20	-	-
Fundo Invest. Renda Fixa	Sem vencimento	7.277	335	12.663	183
Total Circulante		8.602	355	12.663	183
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2021	-	-	5.888	95
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	01/03/2023	4.268	227	1.152	13
Total Não Circulante		4.268	227	7.040	108
TOTAL		12.870	582	19.703	291

Os valores de R\$ 1.325 mil e R\$ 4.268 mil registrados em Letras Financeiras do Tesouro correspondem respectivamente a 118 títulos com vencimento em 01/09/2023 e 380 títulos com vencimento em 01/03/2023. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados pela SELIC para títulos públicos federais, com resgate do principal em parcela única, na data do vencimento ou antecipado.

A aplicação de R\$ 7.277 mil em Cotas de Fundos de Investimento de renda fixa obteve uma rentabilidade no exercício de 3,79% correspondente a 86% do CDI.

Em 31 de dezembro 2021, a Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. Operações de Crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com os riscos apresentados em relação ao tomador e seus garantidores, levando-se em conta situações de renda/faturamento, patrimônio e demais informações cadastrais, conforme Resolução nº 2.682/99 do BACEN.

As rendas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta Rendas a Apropriar, calculadas pró-rata dia. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

a) Composição por atividade econômica

Setor Privado	31/12/2021			31/12/2020		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Comércio/Serviços	2.544	2.674	5.218	2.063	2.409	4.472
Microcrédito	4.524	3.935	8.459	2.124	2.322	4.446
Turismo	1.017	3.765	4.782	469	2.287	2.756
Indústria	11	15	26	14	17	31
TOTAL	8.096	10.389	18.485	4.670	7.035	11.705

b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento

Nível de Risco	Faixa de Atraso	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor	%	Valor	%
AA	-	605	3	84	1
A	Até 14 dias	6.710	36	1.108	9
B	15 e 30 dias	4.532	25	3.950	34
C	31 e 60 dias	3.058	17	4.448	38
D	61 e 90 dias	787	4	740	6
E	91 e 120 dias	412	2	377	3
F	121 e 150 dias	584	3	157	1
G	151 e 180 dias	485	3	149	1
H	Acima de 180 dias	1.312	7	692	6
TOTAL DA CARTEIRA ATIVA		18.485	100	11.705	100

c) Composição vincendas e vencidas

Classificação - Nível de Risco	31/12/2021		31/12/2020	
	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas
AA	605	-	84	-
A	6.710	-	1.108	-
B	3.496	1.036	3.476	474
C	1.598	1.460	2.884	1.564
D	132	655	210	530
E	35	377	26	351
F	231	353	11	146
G	22	463	85	64
H	34	1.278	292	400
TOTAL	12.863	5.622	8.176	3.529

d) Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa

Classificação - Nível de Risco	Provisão %	31/12/2021		31/12/2020	
		Total das Operações	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão
AA	0	605	-	84	-
A	0,5	6.710	34	1.108	6
B	1	4.532	45	3.950	40
C	3	3.058	92	4.448	133
D	10	787	79	740	74
E	30	412	124	377	113
F	50	584	292	157	78
G	70	485	339	149	104
H	100	1.312	1.312	692	692
TOTAL		18.485	2.317	11.705	1.240

e) Movimentação da estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no Início do Período	1.240	1.078
Constituição da Provisão	2.043	1.233
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(510)	(744)
(-) Reversão de Provisão	(456)	(327)
TOTAL	2.317	1.240

f) Créditos Renegociados

	31/12/2021	31/12/2020
Renegociação	751	789

g) Recuperação de crédito baixado como prejuízo em exercícios anteriores

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no Início do Período	2.658	2.465
Créditos baixados como prejuízo	510	744
(-) Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(249)	(484)
(-) Descontos	(56)	(67)
Saldo no Fim do Período	2.863	2.658

h) Garantias:

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a FOMENTO TOCANTINS aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais em alienação fiduciária de bens móveis e imóveis.

7. Outros Créditos

Nesse subgrupo são registradas rendas a receber, adiantamentos, ressarcimento a receber, antecipações salariais e provisões de crédito de liquidação duvidosa, tendo como origem ativos financeiros não recebidos. Em 31 de dezembro de 2021 o subgrupo é composto por:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Rendas a Receber	29	40
Diversos	2.006	3
(-) Provisões Outros Créditos	(3)	-
TOTAL	2.032	42

Os valores de R\$ 2.006 mil e a provisão no valor de R\$ 3 mil, constante no quadro acima, é formado pelos recebíveis das vendas de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda.

8. Outros Valores e Bens

O subgrupo de outros valores e bens estava assim composto em 31 de dezembro de 2021:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda	2.111	-
Bens Não de Uso Próprio	-	4.893
(-) Prov. Desv. Outros Valores e Bens	-	(104)
Outros Bens	60	70
TOTAL	2.171	4.859

Composto por prédio comercial e apartamento, assim como o ajuste contábil em atendimento ao apontamento do BACEN, os ativos não financeiros mantidos para venda, material em estoque e despesas antecipadas são compostos, analiticamente, pelos seguintes registros:

<u>Período</u>	<u>Observação</u>		<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
		Ativos não financeiros mantidos p/ venda	2.111	4.893
23/12/2016	(A)	Prédio comercial ACCV SE 13 AV. LO-03, Palmas-TO	2.011	2.040
23/12/2016	(A)	Lote HM 1.2 E QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	-	1.110
26/04/2017	(B)	Lote HM 1.2 F QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	-	994
21/09/2017	(C)	Lote terra área rural TO-010 KM 24 - Fazenda Landi, Palmas-TO	-	930
29/09/2017	(D)	Apartamento 103 e 403 bloco A - Residencial Santiago Palmas-TO	118	237
29/09/2017	(E)	(-) Ajuste contábil conforme apontamento Banco Central n. 22	(18)	(418)
		Provisão Desvalorização Outros Valores e Bens	-	(104)
		Material em estoque	56	66
		Material consumo em Estoque	56	66
		Despesas antecipadas	4	4
		Prêmio Seguro	4	4
		TOTAL	2.171	4.859

A - Em dezembro de 2016, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: a) um Prédio Comercial Localizado na ACCVSE 13, situado na Avenida LO-03, Loteamento Palmas, em Palmas, com área de 687,20 m² dos quais estão averbadas 480,0 m², e os outros 207,20 m² constituindo-se em mezanino – benfeitorias não averbadas, avaliado em limite inferior R\$ 1.979 (mil) e limite superior R\$ 2.188 (mil); b) um Lote de Terras para construção urbana de número HM 1.2 E, situada na Qd ARSE 33, conjunto Lotes HM, Av. LO-07, loteamento Palmas/TO, com área total de 1.798,383 m², avaliado em limite inferior R\$ 940 (mil) e limite superior R\$ 989 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 3.150 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desses bens a preço de mercado, procedendo-se provisionamento de desvalorização a preço de mercado, no valor de R\$ 36 (mil). O Lote de Terras para construção urbana, com área total de 1.798,383 m², foi alienado em data de 05/02/2021 e

finalizado o registro R16-93.055 em 06/05/2021 e o Prédio Comercial foi alienado em data de 29/11/2021 e finalizado o registro R17.1634 em 14/01/2022.

B - Em março de 2017, a Agência assinou um Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças, referente alienação fiduciária junto ao Banco Intermedium S/A, registrada no imóvel dado como Dação de pagamento em dezembro de 2016, valor da dívida paga em abril de 2017, R\$ 994 (mil), como contraprestação da assunção da dívida foi dado em dação de pagamento um lote de terras pra construção urbana de número HM-1.2-F, da quadra ARSE 33, conjunto lotes HM, situado à Avenida LO-07, do loteamento Palmas, em Palmas-TO, com área de 1.683,214 m², avaliado em RS 1.010 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desses bens a preço de mercado, procedendo-se provisionamento de desvalorização a preço de mercado, no valor de R\$ 68 (mil). Este Lote de Terras para construção urbana, com área total de 1.683,214 m², foi alienado em data de 05/02/2021 e finalizado o registro R17-93.056 em 06/05/2021.

C - Em setembro de 2017, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: Um lote de terras área rural situada na TO – 010 KM 24 – Desmembrada 04 – Fazenda Landi – Loteamento Água Fria – Palmas Estado do Tocantins, com área de 6,1988ha, com área de reserva legal de 02,1696ha, devidamente averbada sob nº AV03-62.319, Imóvel matriculado sob nº 88.223 de 04/05/2005, avaliada em limite inferior R\$ 900 (mil) e limite superior R\$ 1.027 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 930 (mil). Em setembro de 2018, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desse bem a preço de mercado, não havendo necessidade de ajustamentos nos registros contábeis desse imóvel, por existir um ganho de valor de mercado, no valor de R\$ 391 (mil). A área de terras para construção rural, com área total de 6,1988 ha, foi alienada em data de 05/02/2021 e finalizado o registro R12-88.223 em 26/11/2021.

D - Em setembro de 2017, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: a) um apartamento de construção urbana residencial denominado apartamento 103 Bloco A do condomínio “RESIDENCIAL SANTIAGO” situado a alameda 21, lote 08, conjunto HM-02, da Quadra ARSO 102, do loteamento Palmas, com área privativa total de 60.73m², área de uso comum total de 65.8412m², área total de 126.57116m², fração ideal de 3.121322%, correspondente a 79.95266m², da área do terreno, com matrícula nº 48.620, feita em 19/06/2001, avaliado em limite inferior R\$ 124 (mil) e limite superior R\$ 137 (mil); b) Um apartamento de construção urbana residencial denominado apartamento 403 Bloco A do condomínio “RESIDENCIAL SANTIAGO” situado a alameda 21, lote 08, conjunto HM-02, da Quadra ARSO 102, do loteamento Palmas, com área privativa total de 60.73m², área de uso comum total de 65.8412m², área total de 126.57116m², fração ideal de 3.121322%, correspondente a 79.95266m², da área do terreno, com matrícula nº 48.620, avaliado em limite inferior R\$ 134 (mil) e limite superior R\$ 148 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 237 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desse bem a preço de mercado, não havendo necessidade de ajustamentos nos registros contábeis desse imóvel, por existir um ganho de valor de mercado, no valor de R\$ 61 (mil). O apartamento 103 Bloco A, foi alienado em data de 07/12/2021 e finalizado o registro R10-117.652 em 20/12/2021.

E - Em apontamentos feitos pelo Banco Central do Brasil, através do Ofício 19357/2018-BCB/DESUC, datado de 1º de outubro de 2018, foi requerido o reconhecimento de estimativa de perda ao valor recuperável desses imóveis (referenciados no quadro 4.4, itens “A”, “C” e “D”) no montante de R\$ 418 (mil), por estarem superior ao valor registrado das respectivas operações (Cosif), reconhecido no resultado como despesas não operacionais.

8.1. Venda de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

Foi lavrada Certidão de Compra e Venda dos Ativos não Financeiros Mantidos para Venda, constantes na Nota Explicativa 8 acima:

A - Prédio Comercial, na data de 29 de novembro de 2021, havendo sinal de pagamento no mês de novembro de 2021 a título de formalização de intenção da operação, no valor de R\$ 500 (mil) e o saldo restante dividido em parcelas anuais, corrigida de forma anual pela taxa SELIC sobre o saldo devedor.

B - Apartamento 403 Bloco A, na data de 07 de dezembro de 2021, havendo sinal de pagamento no mês de dezembro de 2021 a título de formalização de intenção da operação, no valor de R\$ 20 (mil) e o saldo restante dividido em parcelas mensais, corrigida de forma anual pela taxa SELIC sobre o saldo devedor.

Esses bens se encontram com pacto adjeto de alienação fiduciária a favor da Agência de Fomento, em garantia ao pagamento da dívida decorrente na venda dos imóveis acima, bem como do fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais ou legais, pecuniárias ou não.

Os imóveis vendidos ainda estão registrados na conta 1.9.8.80.00.000 - ativos não financeiros mantidos para venda, aguardando a finalização dos registros em cartório.

9. Imobilizado

O quadro a seguir demonstra a movimentação do imobilizado e as respectivas depreciações:

	<u>2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2020</u>
Imobilizado Uso				
INSTALAÇÕES	350	-	-	350
MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	1.080	43	(122)	1.159
VEÍCULOS	209	-	-	209
SUBT-TOTAL	1.639	43	(122)	1.718
Depreciações Acumuladas				
(-) INSTALAÇÕES	(224)	(35)	-	(189)
(-) MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	(887)	(78)	121	(930)
(-) VEÍCULOS	(209)	(10)	-	(199)
SUBT-TOTAL	(1.319)	(123)	121	(1.318)
TOTAL	320	(80)	(1)	400

Os bens do imobilizado são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Em 31 de dezembro de 2021, a Agência entende que as premissas conhecidas não apontaram a necessidade de ajuste contábil de *impairment*.

10. Obrigações para Repasse no País – Instituições Oficiais

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, firmou contrato de credenciamento com o Ministério do Turismo no valor de R\$ 10.634 (mil), conforme contrato 001/2019, Processo nº 72031.002395/2019-47

e 72031.013504/2019-51, como objeto a prestação de serviços, na intermediação das operações de financiamentos para empresas do segmento de turismo, devidamente cadastradas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turismo do MTur – Cadastur.

Os recursos do FUNGETUR disponibilizados enquanto não desembolsados aos mutuários, bem como as parcelas referentes às amortizações dos financiamentos enquanto não repassadas ao FUNGETUR, serão remunerados, pro rata die, pela taxa SELIC.

A partir do desembolso dos financiamentos aos mutuários, até as datas estipuladas para as amortizações desses financiamentos, incidirá atualização monetária, pro rata die, com base na variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou por outro que legalmente venha a substituí-lo. O valor é devido ao FUNGETUR pelos mutuários, sendo recolhido pela Agência de Fomento.

FUNGETUR	31/12/2021	31/12/2020
Curto Prazo	1.091	491
Longo Prazo	9.196	10.170
TOTAL	10.287	10.661

Do montante contratual no *caput*, foi disponibilizado no dia 09/04/2020 o valor de R\$ 5.317 (mil) e no dia 21/09/2020 o valor de R\$ 5.317 (mil), havendo negociações de financiamentos junto a mutuários no valor de R\$ 4.777 (mil), conforme distribuição abaixo:

Recurso - FUNGETUR	31/12/2021			31/12/2020		
	Até 360	Acima de 360	Total	Até 360	Acima de 360	Total
Fungetur Aquisição de Bens e Giro	76	406	482	29	204	233
Fungetur Capital de Giro	935	2.306	3.241	435	2.079	2.514
Fungetur Obras Civas	1	1.053	1.054	-	-	-
TOTAL	1.012	3.765	4.777	464	2.283	2.747

11. Outras Obrigações

Composta por tributos, encargos trabalhistas, remunerações a colaboradores, passivos derivados de apropriações por competência (*accruals*), obrigações com terceiros por serviços tomados, passivos contingentes e outras obrigações. Em 31 de dezembro de 2021 apresenta o seguinte saldo:

	31/12/2021	31/12/2020
COBRANÇA ARRECAÇÃO TRIBUTOS		
IOF- OP. CRÉDITO	1	-
SUB-TOTAL	1	-
FISCAIS PREVIDENCIARIAS		
IMP. CONTRIB S/ SERV TERCEIROS	37	5
IMP. CONTRIB S/ SALARIOS	128	169
OUTROS IMP. CONTRIBUICOES	24	15
SUB-TOTAL	189	189
DIVERSAS		
PROV. DESPESAS PESSOAL	262	154
PROVISÃO OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	82	54
PROV. PASSIVOS CONTINGENTES	46	128
CREDORES DIVERSOS-PAÍS	670	495
SUB-TOTAL	1.060	831
TOTAL	1.250	1.020

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de

infração contra a Agência de Fomento, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos e contribuições sociais.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Para os exercícios 2021 e 2020, as contingências passivas se apresentam em conformidade com o quadro a seguir:

Contingência Passiva	Linha de Crédito	Data de Protocolo	Posicionamento	Valor Estimado	
				31/12/2021	31/12/2020
Contingência Civil Passiva (embargos à execução)	Agronegócio	08/03/2012	PROVÁVEL / Julgado procedente em parte.	-	40
Contingência Civil Passiva (ação de indenização)	Microcrédito	11/10/2012	PROVÁVEL	9	31
Contingência Civil Passiva (ação declaratória de inexistência de dívida c/c recuperação de danos)	Microcrédito	12/08/2013	PROVÁVEL	-	20
Contingência Civil Passiva (embargos à execução)	Comércio	14/03/2014	PROVÁVEL / Julgado procedente em parte.	32	32
Contingência Trabalhista Passiva (reclamação trabalhista)	-	05/07/2017	PROVÁVEL / Julgado procedente em parte.	5	5
TOTAL				46	128

12. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social subscrito em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 41.411 mil e integralizado é de 41.300 mil, dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Foi homologado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de outubro de 2021, aporte de capital no valor de R\$ 1.308 mil, provenientes de todos os acionistas, mantendo-se a proporcionalidade entre os acionistas da Instituição e sem emissão de ações. Até 31 de dezembro de 2021, deste montante foram integralizado R\$ 1.304 mil e a integralizar R\$ 4 mil.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Agência apresentava o seguinte saldo:

(Em reais)							
ACIONISTAS	TIPOS DE AÇÕES	PARTICIPAÇÃO (%)	NÚMERO DE AÇÕES	VALOR DAS AÇÕES	CAPITAL INTEGRALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR	
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	41.162.189	41.162.189	-	
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	41.411	29.841	11.569	
FIETO	O.N.	0,1	6.000	41.411	28.533	12.877	
FAET	O.N.	0,1	6.000	41.411	28.131	13.280	
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	41.411	29.841	11.569	
FACIET	O.N.	0,1	6.000	41.411	11.393	30.018	
SICON	O.N.	0,1	6.000	41.411	9.683	31.728	
TOTAL		100	6.000.000	41.410.655	41.299.611	111.041	

b) Prejuízo Acumulado

Em 31 de dezembro de 2021 a Agência apresentava o seguinte saldo:

	31/12/2021	31/12/2020
RESULTADO ACUMULADO		
Resultado de exercícios anteriores	(16.307)	(13.254)
Resultado do período	(3.090)	(3.053)
TOTAL	(19.397)	(16.307)

Em 2021 as receitas totalizaram R\$ 4.329 mil, incluindo as reversões e recuperações de créditos baixados como prejuízo e as despesas totais no valor de R\$ 7.419 mil, incluindo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, fechando com um prejuízo de R\$ 3.090 mil (em 2020 foi um prejuízo de R\$ 3.053 mil). A Agência vem apresentando prejuízo nos últimos exercícios sociais, diminuindo o patrimônio líquido e fazendo surgir a necessidade de aportes de capital social, de forma a atender os indicadores e índices exigidos das Instituições Financeiras, por meio dos normativos do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional.

13. Receita de Intermediação Financeira

Em 31 de dezembro de 2021 a Agência apurou receita operacional conforme abaixo:

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Operações de Crédito	1.269	2.309	1.368
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	389	581	291
TOTAL	1.658	2.890	1.659

Estando, os valores de 2021, assim compostos:

	2021	
	2º semestre	Exercício
RENDAS OPERACOES CREDITO	1.269	2.308
RENDAS EMPRÉSTIMOS	1.115	2.052
RENDAS FINANC.	154	256
RENDAS TIT. VAL. MOBILIÁRIOS	389	582
RENDAS TIT. RENDA FIXA	159	247
RENDAS APLICAÇÕES FUNDOS	230	335
TOTAL	1.658	2.890

14. Despesas de Intermediação Financeira

Em 31 de dezembro de 2021 a Agência teve despesas com intermediação financeira no montante abaixo demonstrado:

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(1.001)	(2.045)	(1.234)
REVERSÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	368	457	327
RECUPERAÇÃO CREDITOS BAIXADOS COMO PREJUÍZO	162	249	484
DESPESAS DE OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	(189)	(284)	(87)
TOTAL	(660)	(1.622)	(510)

15. Despesas de Pessoal e Honorários

Composto por honorários ao conselho fiscal, conselho administrativo, ajuda de custo, vale transporte, encargos previdenciários (FGTS e INSS), bem como remuneração aos colaboradores. Em 31 de dezembro de 2021 apresentou o seguinte saldo:

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
DESPEAS HONORÁRIOS	(171)	(321)	(330)
DESPEAS PESSOAL - BENEFÍCIOS	(314)	(611)	(561)
DESPEAS PESSOAL - ENCARG.	(266)	(553)	(553)
DESP. PESSOAL - PROVENTOS	(701)	(1.404)	(1.358)
DESP. PESSOAL - TREINAMENTOS	-	(1)	-
DESPEAS REMUNERAÇÃO ESTAGIÁRIOS	(6)	(23)	(12)
TOTAL	(1.458)	(2.913)	(2.814)

16. Outras Despesas Administrativas

Em 31 de dezembro de 2021 o subgrupo outras despesas administrativas apresentava a seguinte composição:

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
DESPEAS AGUA, ENERGIA GAS	(48)	(85)	(85)
DESPEAS ALUGUÉIS	(77)	(149)	(158)
DESPEAS COMUNICAÇÕES	(28)	(59)	(95)
DESP. MANUT. CONSERV. BENS	(76)	(153)	(152)
DESPEAS MATERIAL	(12)	(25)	(11)
DESPEAS PROCESSAMENTO DADOS	(378)	(644)	(358)
DESPEAS PROMOÇÕES RELAÇÕES	(1)	(1)	-
DESPEAS PROPAGANDA PUBLICIDADE	-	-	(1)
DESPEAS PUBLICAÇÕES	(7)	(96)	(133)
DESPEAS SEGURO	(4)	(8)	(8)
DESPEAS SERVICOS SIST.	(96)	(148)	(97)
DESPEAS SERVICOS TERCEIROS	-	(2)	(3)
DESPEAS SERV. VIGILANCIA	(4)	(8)	(8)
DESP. SERV. TECNICOS	(19)	(37)	(39)
DESPEAS TRANSPORTES	(26)	(41)	(20)
DESPEAS VIAGENS NO PAIS	(32)	(56)	(41)
DESPEAS DE AMORTIZAÇÃO	(3)	(129)	-
DESPEAS DE DEPRECIACÃO	(56)	(70)	(136)
OUTRAS DESPEAS ADMINISTRATIVAS	(34)	-	(75)
TOTAL	(901)	(1.711)	(1.420)

17. Despesas Tributárias

Em 31 de dezembro de 2021 a Agência apresentada a seguinte composição quanto às despesas tributárias:

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
DESPEAS TRIBUTÁRIAS	(6)	(12)	(36)
DESPEAS IMPOSTO SOBRE SERV.	(18)	(32)	(14)
DESPEAS CONTRIBUIÇÃO AO COFINS	(83)	(144)	(78)
DESPEAS CONTRIBUIÇÃO AO PIS	(14)	(24)	(13)
TOTAL	(121)	(212)	(141)

18. Patrimônio de Referência (Acordo de Basileia)

Em 31/12/2021, o Patrimônio de Referência Exigido + Risco de Mercado para a Agência de Fomento, calculado com base em sua estrutura patrimonial e na ponderação de risco de seus ativos, foi de R\$ 5.310 mil. A parcela do patrimônio líquido excedente ao mínimo exigido representa um grande potencial de alavancagem dos ativos, possibilitando a realização de novas operações até o montante de R\$ 10.703 mil, o que propiciará intensificar a atuação da Agência de Fomento como indutora do desenvolvimento do Estado.

19. Instrumentos Financeiros

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins não opera com instrumentos financeiros derivativos.

20. Seguros

A Instituição objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

21. Transações com Partes Relacionadas

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins tem como seu principal acionista o Governo do Estado do Tocantins e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não realizou transações de qualquer natureza com partes relacionadas.

22. Recursos Humanos

O quadro atual de pessoal é composto por 40 funcionários, sendo 31 celetistas contratados por tempo indeterminado sem concurso público, incluindo a Diretoria Executiva, e 9 funcionários cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, acionista majoritário.

23. Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins – FDESTO

O Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins (FDESTO) regido pela Lei nº 3.665 de 12 de maio de 2020, tem por objetivo de fomentar a economia, com vistas a desenvolver a produção e a comercialização de produtos e serviços, nos setores da indústria, agroindústria, piscicultura e comércio, por meio de financiamento orientado a micro, pequenos e médios empreendimentos, considerados relevantes para o desenvolvimento com sustentabilidade do Estado, com enfoque econômico.

Em 31 de dezembro de 2021, tem um saldo registrado em contas de compensação da Agência de Fomento do Estado do Tocantins no valor de R\$ 4.424 (mil), referente ao total dos ativos do FDESTO. A Agência de Fomento do Estado do Tocantins receberá à título de remuneração pela administração do Fundo o percentual de 0.60% a.m, sobre a carteira ativa dos créditos liberados.

24. Gerenciamento de Risco

A Agência de Fomento adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais e de mercado.

São apresentados os principais riscos relacionados às atividades da Agência de Fomento, além de detalhar o apetite de riscos em suas atividades e de estratégias de identificação, monitoramento, gestão e mitigação deles.

Ressalta-se que as aplicações financeiras estão registradas em Títulos e Valores Mobiliários que são mantidos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o vencimento, e em Cotas de Fundos que foram mantidas em Fundos de Investimentos referenciados por CDI, por isso não estão expostas a risco de mercado.

24.1. Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez visa garantir que a Agência de Fomento cumpra com suas obrigações, mesmo em períodos de estresse prolongados, sem prejudicar os negócios, evitando perdas consideráveis, sendo controlada pelo indicador de liquidez da Instituição.

A gestão do risco de liquidez ocorre pela determinação de um volume de recursos, composta de ativos líquidos de alta qualidade necessários para honrar com as obrigações em longos cenários de estresse.

Nesse ínterim, são determinados limites para os Indicadores de Liquidez da Agência de Fomento, com o propósito de preservar fontes de captações pulverizadas e de baixo custo para manter um nível de caixa adequado as obrigações da Instituição, garantindo a continuidade em situações de estresse.

24.2. Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito é realizada pelo acompanhamento da carteira de crédito e dos indicadores de inadimplência consolidados.

O procedimento de liberação de crédito zela pela qualidade, segurança e liquidez no emprego dos ativos de crédito, com o propósito de manter eficiência e rentabilidade na carteira de crédito, através de controles com alçadas operacionais para liberação de crédito. As renegociações de crédito são submetidas aos mesmos controles de uma concessão inicial.

A Agência de Fomento busca segurança e qualidade da carteira, através de lastros compatíveis com os riscos assumidos, dado os volumes, períodos e objetivos dos créditos liberados e retendo provisionamento apropriados com níveis de concentração aceitáveis.

24.3. Risco de Mercado

A Agência de Fomento controla diariamente a expectativa de perdas em função da variação de preços e taxas dos ativos financeiros, uma vez que existe a possibilidade de as operações apresentarem descasamentos de indexadores e prazos.

As métricas controladas têm o objetivo de assegurar a composição apropriada dos portfólios através do mapeamento dos fatores de riscos e do acompanhamento de limites, buscando o desenvolvimento sustentável dos negócios e volatilidade reduzida dos resultados.

24.4. Risco Operacional

Perdas operacionais decorrentes de erros, não conformidades ou procedimentos inapropriados, de sistemas ou colaboradores, ou de eventualidades são reportadas internamente, processadas pela Coordenadoria de Risco, e um plano de ação mitigatório efetivo é implementado.

A Agência de Fomento busca minimizar os riscos operacionais relativos à corrupção, fraudes, descumprimentos propositais de questões regulamentares ou legislativas, e, também, minimizar erros humanos ou de processos na execução de negócios e das tarefas de suporte.

24.5. Gerenciamento de Capital

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva a Política de Gerenciamento de Capital a qual traz a forma de atuação quanto as metas e projeções de capital, a política de distribuição do capital, e as principais fontes de capital da Agência de Fomento, bem como, sua estrutura, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional e normas complementares.

24.5.1. Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- I - Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- II - Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- III - planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital a Instituição deve adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do PRE, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

24.5.2. Objetivos

- ✓ Garantir o cumprimento legal das normas aqui contempladas;
- ✓ Constituir as diretrizes e os procedimentos internos a serem adotados pela Agência de Fomento no gerenciamento de capital;
- ✓ Estabelecer os procedimentos de monitoramento, avaliação de capital e planejamento de metas de necessidade de capital;
- ✓ Considerar os objetivos estratégicos da instituição que estão sob a responsabilidade das áreas inseridas no processo de gerenciamento de capital.

24.6. Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse é um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotados de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição em possíveis situações adversas e extremas. Os testes de estresse servem para fins de supervisão, para definir políticas e estratégias apropriadas para atenuar os choques em cenários adversos e peculiares.

Exercem papel essencial para reforçar a governança corporativa, a resistência das instituições, do sistema financeiro e evidência, como benefício, a identificação dos pontos vulneráveis da Instituição. Analisa potenciais efeitos e fatores que sejam adversos ao cenário atual, adotando a análise de sensibilidade para mensurar alterações nos riscos de crédito e de liquidez. O Teste de Estresse é o exercício, com finalidade definida, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversas na Instituição ou em um portfólio específico. Devem ser utilizados como uma ferramenta de **Gerenciamento de Riscos** e para auxílio nas tomadas de decisões de negócios da Instituição.

24.7. Declaração de Appetite a Risco – RAS

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva a Declaração de Appetite aos Riscos. A RAS contém:

- os tipos de riscos e os respectivos níveis que a Instituição está disposta a assumir;
- a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente;
- os objetivos estratégicos da Instituição; e
- as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que a instituição atua.

24.8. Risco Socioambiental

A Agência de Fomento estabelece rotinas e procedimentos para identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental das atividades e operações realizadas por quaisquer empresas junto a Instituição. Tais rotinas e procedimentos são realizados, considerando os princípios da proporcionalidade e relevância das operações e setores de atuação do cliente, bem como eventuais especificidades.

24.9. Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e Corrupção

Para garantir o cumprimento dos princípios e objetivos da Agência de Fomento e, ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal nº. 9.613/1998 com redação da Lei Nº 12.683, de 9 de julho de 2012 e Circular

BACEN nº 3.461/2009 com suas normas complementares, a Fomento possui manual de PLD, o qual têm por objetivo estabelecer as diretrizes gerais e os procedimentos internos a serem adotados na Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e nas práticas de Corrupção, os procedimentos de detecção e análise de indícios de lavagem de dinheiro e a comunicação de ocorrências ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, bem como de estabelecer a competência e responsabilidade de cada área no processo de detecção de indícios do crime de lavagem de dinheiro.

24.10. Segurança Cibernética

São considerados riscos de segurança cibernético, riscos que afetam diretamente a confidencialidade das informações corporativas e/ou dos clientes da Agência de Fomento e/ou que afetam as operações da Instituição.

Diante do exposto, o referido risco é um potencial associado à exploração de uma ou mais vulnerabilidades de um recurso (ou conjunto de recursos) ou de processos, por parte de uma ou mais ameaças, com impacto negativo nos recursos afetados, por conseguinte na atividade e negócio da organização.

A avaliação das práticas de segurança é realizada no desenvolvimento de qualquer sistema relevante, tornando o processo de concepção dos sistemas construídos dentro da Instituição mais confiável e com controle de auditoria, atendendo aos requisitos e metodologia interna, assegurando que as informações processadas sejam protegidas.

Palmas, 25 de abril de 2022

DENISE ROCHA DOMINGUES

Diretora-Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS

Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO

Coordenador de Contabilidade e Finanças

CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES Fimdo em 31 de dezembro 2021

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Findo em 31 de dezembro 2021

Conteúdo:

✓ Apresentação.....	pág. 04
✓ Metodologia do trabalho.....	pág. 06
✓ Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro 2021.....	pág. 08
✓ Demonstrações financeiras e notas explicativas.....	pág. 13



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Findo em 31 de dezembro 2021

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

(1.1) Com vistas à execução dos trabalhos referente à auditoria independente, voltada ao exame das demonstrações financeiras em **31 de dezembro 2021**, informamos que analisamos os documentos no período de **11 de abril a 20 de maio de 2022** da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A. (FOMENTO TOCANTINS)**.

(1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.



✓ **Apresentação**



APRESENTAÇÃO

Firma de Auditoria

Nome empresarial: **CONVICTA Auditores Independentes S/S**

Endereço: Rua Dom Vital, 115, Sala 15, Farol, Cep 57.051-200,
Maceió - Alagoas - Fone: +55 82 3035-4642

Inscrições: CNPJ nº 03.061.922/0001-05
CRC/AL nº 196 - CVM nº 7.706 - CNAI-PJ nº 62
CVM / BACEN / SUSEP / OCB / IBRACON / IIA Brasil / MP-AL

Responsável Técnico: Carlos Henrique do Nascimento
Contador - CRC/AL nº 3.376 | CNAI nº 594

Instituição Auditada

Nome empresarial: **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO
TOCANTINS S.A. (FOMENTO TOCANTINS)**

Endereço: Rua SO 9, Quadra 103, Sul, n. 04, Plano Diretor Sul,
Cep 77.015-032, Palmas – Tocantins.

Inscrição: CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Diretora Presidente: Denise Rocha Domingues

Contador: Antoniel Pontes Fernandes
CRC/TO - 003075/O-7



✓ Metodologia do Trabalho



METODOLOGIA DO TRABALHO

Os trabalhos foram realizados em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) aplicáveis à auditoria independente, instituídas pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e em consonância com a legislação vigente, envolvendo a análise das operações, realizadas juntamente com seus respectivos registros contábeis, através da documentação probante e outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias, em grau e profundidade suficiente à emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Utilizamos os procedimentos representativos da técnica de seleção de amostragens indicada para esse tipo de trabalho, inclusive efetuando a análise de controles internos existentes na Instituição.

Nosso trabalho foi desenvolvido obedecendo uma linha de ação sequenciada, tendo como objetivo precípua a constatação do atendimento das finalidades, conforme exposto a seguir:

- a) Planejamento dos trabalhos de auditoria;
- b) Contato com os responsáveis pelas áreas: contábil, administrativa e financeira, envolvidos com a movimentação dos recursos, registros contábeis e outros documentos, para um melhor entendimento das operações realizadas;
- c) Conhecimento e análise das transações praticadas, com a finalidade de conhecer os principais fluxos de documentos e informações, bem como as funções básicas de seus controles internos, operacionais e contábeis;
- d) Avaliação e mensuração dos sistemas de controles internos utilizados, visando a constatação de sua segurança, principalmente, no tocante a existência da segregação de funções e responsabilidades;
- e) Testes das transações escrituradas na contabilidade, com base nos relatórios e demonstrativos contábeis, a fim de avaliar a sua consistência e o cumprimento dos contratos, normas e dispositivos legais;
- f) Quantificação e avaliação realizadas sobre os saldos das rubricas integrantes das demonstrações financeiras, visando, com base nos resultados das constatações, apresentar este relatório, expressando nossa opinião sobre as demonstrações financeiras; e
- g) Avaliação da base contábil de continuidade operacional usada pela Administração.



✓ **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021**



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.
Palmas - Tocantins

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A. (FOMENTO TOCANTINS)**, que compreendem o balanço patrimonial, em **31 de dezembro 2021**, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS**, em **31 de dezembro 2021**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à **FOMENTO TOCANTINS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

(a) Impactos causados pela pandemia da COVID-19

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1, no tocante aos efeitos do COVID-19 sobre as demonstrações financeiras. A administração da **FOMENTO TOCANTINS** entende que não houve necessidade de eventuais mudanças nas premissas e julgamentos atualmente adotados, ou de ajustes nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, e como resultado da implementação de medidas de monitoramento constante do caixa, a **FOMENTO TOCANTINS**, estima que manterá equilibrado seu fluxo de caixa. Com isso, acredita ter recursos adequados para continuar suas operações no curto prazo e médio prazo, deste modo, o pressuposto de *going concern* foi aplicado na preparação das demonstrações financeiras findas naquela data. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

(b) Guerra da Ucrânia

Conforme nota explicativa nº 1.2, a invasão da Ucrânia pela Rússia, no mês de fevereiro de 2022, causou forte reação nos preços dos ativos globais, suscitando dúvidas sobre o impacto que virá nas economias mundiais e os efeitos inflacionários advindos de um choque de commodities. Como a Rússia é a grande fornecedora de petróleo e gás natural para a União Europeia, sanções sobre exportações da Rússia

tendem a elevar o preço do petróleo e gás natural, e em conjunto com a elevação dos preços agrícolas, como o trigo, milho e insumos agrícolas nos mercados, deve de alguma forma causar desaceleração das economias mundiais e alta de inflação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

(c) Prejuízos Acumulados

Chamamos à atenção para o fato da **FOMENTO TOCANTINS**, em 31 de dezembro de 2021, conforme nota explicativa nº 12.b, vem apresentando prejuízos nos últimos exercícios sociais, diminuindo o patrimônio líquido e fazendo surgir a necessidade de aportes de capital social para manutenção das operações, originados do seu acionista majoritário o Governo do Estado do Tocantins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Revisão dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Os valores referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações do resultado, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, que estão sendo apresentadas pela administração da **FOMENTO TOCANTINS** como informações suplementares e comparativas, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram opinião, em 12 de março de 2021, com a seguinte ressalva: “Em data de 31 de dezembro de 2020 e 2019, consta no ativo circulante - “Bens não de uso próprio” no valor de R\$ 4.893 (mil). Em conformidade com a nota 4.3, trata-se de bens imóveis recebidos a título de dação em liquidação de empréstimos e financiamentos dentro das especificações da Circular Bacen nº. 909 e 1.273. A título de Eventos Subsequentes ao balanço patrimonial (nota 24.1), parte desses bens foram negociados em venda direta por Leilões, permanecendo ainda pendente o valor líquido de R\$ 2.126 (mil). Esses bens imóveis restantes foram levados à leilões por várias tentativas, sem o devido êxito. Pela retração do mercado imobiliário os valores ofertados em leilões anteriores, denotam sinais evidentes de desvalorizações, havendo a necessidade de realização de novas avaliações para o reconhecimento de prováveis perdas (teste de “*impairment*”), fato não realizado pela Agência até a data do fechamento de nosso exame. Diante disso, ficamos impossibilitados de opinar sobre eventuais efeitos que poderiam ocasionar no aumento do prejuízo apurado no exercício, como também nas mutações do patrimônio líquido e nos fluxos de caixa da Agência de Fomento.”

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da **FOMENTO TOCANTINS** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **FOMENTO TOCANTINS** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **FOMENTO TOCANTINS** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da **FOMENTO TOCANTINS** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

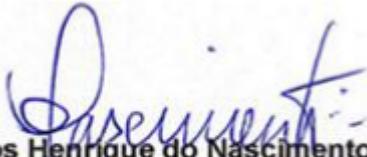
- (a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- (b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **FOMENTO TOCANTINS**.
- (c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- (d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **FOMENTO TOCANTINS** a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maceió/AL, 20 de maio de 2022.



CONVICTA
Auditores Independentes S/S
CRC/AL nº 196 | CVM nº 7.706 | CNAI-PJ nº 062


Carlos Henrique do Nascimento
Contador
CRC/AL nº 3.376 | CNAI nº 594

✓ **Demonstrações financeiras e notas explicativas**



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Balanças Patrimoniais

Findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	PASSIVO	Notas	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CIRCULANTE		18.606	21.032	CIRCULANTE		2.341	1.511
DISPONIBILIDADES	4	22	38	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INST. OFICIAIS	10	1.091	491
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	8.602	12.663	FUNGETUR		1.091	491
Cotas de Fundos de Investimento		7.277	12.663	OUTRAS OBRIGAÇÕES	11	1.250	1.020
Títulos de Renda Fixa - LFT - Vinculados ao Banco Central		1.325	-	Cobrança e Arrecadação		1	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	5.779	3.430	Fiscais e Previdenciárias		189	189
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		8.096	4.670	Diversas		1.060	831
(-) Provisão para Operações de Crédito		(2.317)	(1.240)				
OUTROS CRÉDITOS	7	2.032	42	NÃO CIRCULANTE		9.196	10.170
OUTROS VALORES E BENS	8	2.171	4.859	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INST. OFICIAIS	10	9.196	10.170
Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda		2.111	-	FUNGETUR		9.196	10.170
Bens Não de Uso Próprio		-	4.893				
(-) Prov. Desv. Outros Valores e Bens		-	(104)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	22.056	23.842
Outros Bens		60	70	CAPITAL SOCIAL	12.a	41.300	39.996
NÃO - CIRCULANTE		14.987	14.491	De Domiciliados no País		41.411	40.103
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		14.657	14.075	(-) Capital a Realizar		(111)	(107)
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	4.268	7.040	RESERVAS DE LUCROS		153	153
Títulos de Renda Fixa - LFT		4.268	7.040	PREJÚZOS ACUMULADOS	12.b	(19.397)	(16.307)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	10.389	7.035				
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		10.389	7.035				
INVESTIMENTOS		1	1				
IMOBILIZADO	9	320	400				
Imobilizações de Uso		1.639	1.718				
(-) Depreciações Acumuladas		(1.319)	(1.318)				
INTANGÍVEL		9	15				
Ativos Intangíveis		51	224				
(-) Amortizações Acumuladas		(42)	(209)				
Total do Ativo		33.593	35.523	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		33.593	35.523

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Demonstrações de Resultados

Findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Notas	2021		2020
		2º Semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Operações de Crédito	13	1.658	2.890	1.659
Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.269	2.309	1.368
		389	581	291
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	14	(660)	(1.622)	(510)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		(632)	(1.587)	(907)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses		162	249	484
		(190)	(284)	(87)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		998	1.268	1.149
(-) OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(2.243)	(4.358)	(4.202)
Receitas de Prestação de Serviços		367	651	286
Despesas de Pessoal e Honorários	15	(1.458)	(2.913)	(2.814)
Outras Despesas Administrativas	16	(901)	(1.711)	(1.420)
Despesas Provisões Passivas		-	(6)	(59)
Despesas Tributárias	17	(121)	(212)	(141)
Outras Receitas Operacionais		65	82	18
Outras Despesas Operacionais		(195)	(249)	(72)
RESULTADO OPERACIONAL		(1.245)	(3.090)	(3.053)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(1.245)	(3.090)	(3.053)
(-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	-
Provisão para Imposto de Renda		-	-	-
Provisão para Contribuição Social		-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO	13.b	(1.245)	(3.090)	(3.053)
Nº de ações do capital social realizado		6.000.000	6.000.000	6.000.000
Resultado líquido por ação (lote de mil ações)		(0,208)	(0,515)	(0,509)
Valor patrimonial das ações (lote de mil ações)		3,68	3,68	3,97

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Demonstrações de Resultado Abrangente

Findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Notas	2021		2020
		2º Semestre	Exercício	Exercício
RESULTADO LÍQUIDO	12.b	<u>(1.245)</u>	<u>(3.090)</u>	<u>(3.053)</u>
Outros resultados abrangentes		-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		<u>(1.245)</u>	<u>(3.090)</u>	<u>(3.053)</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros - Reserva Legal	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	28.494	153	(13.253)	15.394
Capital Realizado	11.502			11.502
Resultado do Período			(3.053)	(3.053)
Ajuste de Exercício Anterior			(1)	(1)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	39.996	153	(16.307)	23.842
MUTAÇÕES DO PERÍODO	11.502	-	(3.054)	8.448
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	39.996	153	(16.307)	23.842
Capital Realizado	1.304			1.304
Resultado do Período			(3.090)	(3.090)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	41.300	153	(19.397)	22.056
MUTAÇÕES DO PERÍODO	1.304	-	(3.090)	(1.786)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2021	39.996	153	(18.152)	21.997
Capital Realizado	1.304			1.304
Resultado do Período			(1.245)	(1.245)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	41.300	153	(19.397)	22.056
MUTAÇÕES DO PERÍODO	1.304	-	(1.245)	59

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Notas	2021		2020
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
				Reapresentado
Resultado Líquido do Período	12.b	(1.245)	(3.090)	(3.053)
Ajustes do lucro líquido do exercício				
Depreciação e Amortização		59	129	136
Provisões para Contingências		-	6	-
Provisão para Operações de Crédito		632	1.587	907
Ajuste de Exercício Anterior		-	-	(1)
Resultado do período ajustado		(554)	(1.368)	(2.011)
Variação nas contas ativas e passivas				
Ativas		(6.718)	(3.820)	(12.247)
Redução (aumento) dos Títulos e Valores Mobiliários		(3.101)	2.772	(5.229)
Redução (aumento) das Operações de Crédito		(4.103)	(7.290)	(6.973)
Redução (aumento) dos Outros Créditos		(287)	(1.990)	(41)
Redução (aumento) dos Outros Valores e Bens		773	2.688	(4)
Passivas		135	(150)	11.174
Aumento (redução) Obrigações por Repasses do País		(233)	(374)	10.661
Aumento (redução) Outras Obrigações		368	224	513
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(7.137)	(5.338)	(3.084)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações no Imobilizado		(8)	(43)	(36)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(8)	(43)	(36)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de Capital		1.304	1.304	11.502
Caixa gerado nas atividades de financiamentos		1.304	1.304	11.502
Geração (ou aplicação) de caixa e equivalentes de caixa no período		(5.841)	(4.077)	8.382
Caixa e equivalente de caixa no início do período	4	14.465	12.701	4.319
Caixa e equivalente de caixa no final do período	4	8.624	8.624	12.701
Geração (ou aplicação) de caixa e equivalentes de caixa no período		(5.841)	(4.077)	8.382

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Findas em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Tocantins, constituída com base na Lei Estadual nº 1.298/2002. É uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional.

Tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

1.1. Coronavírus (COVID-19)

A Agência desde o início do surto do novo Coronavírus (COVID-19) no Brasil, mantém acompanhamento próximo e diário dos impactos deste evento em suas operações. Diversas medidas e protocolos vêm sendo adotados no sentido de preservar a integridade, a saúde e a segurança de todos os seus colaboradores, tanto no contexto administrativo como operacional, além de se determinar planos de contingência para a sustentação de suas operações. Os canais de comunicação da Companhia com seus colaboradores vêm sendo utilizados na conscientização acerca de cuidados necessários para evitar o contágio e a transmissão do vírus.

Os nossos planos de contingência envolvem diversas frentes de atuação: (1) implantação do regime de trabalho remoto da maneira mais generalizada possível, (2) acompanhamento de casos sintomáticos pela área de segurança e medicina do trabalho para medidas (em conformidade com as orientações das autoridades) imediatas de encaminhamento de cada caso, e (3) eventuais planos de contingência para fazer face ao aumento da inadimplência nas operações de crédito.

Embora as operações da Agência não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, não temos como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados a este cenário de um possível desdobramento da pandemia e novas variantes e, portanto, seguimos com o monitoramento de futuros impactos financeiros e avaliação de ações a serem tomadas, assim como garantimos que as decisões da Agência sejam constantemente atualizadas considerando as orientações de saúde em vigor no Brasil e no mundo.

A administração da Agência entende que não houve necessidade de eventuais mudanças nas premissas e julgamentos atualmente adotados, ou de ajustes nas demonstrações financeiras findas em 31 de março de 2022, e como resultado da implementação de medidas de monitoramento constante de caixa e dos



gastos, a Agência, estima que manterá equilibrado seu fluxo de caixa. Com isso, acredita ter recursos adequados para continuar suas operações no curto prazo e médio prazo, deste modo, o pressuposto de aplicação na preparação das demonstrações financeiras findas naquela data.

1.2. Guerra da Ucrânia

A invasão da Ucrânia pela Rússia, na última semana do mês de fevereiro de 2022, causou forte reação nos preços dos ativos globais, suscitando dúvidas sobre o impacto que virá nas economias mundiais e os efeitos inflacionários advindos de um choque de commodities.

Como a Rússia é a grande fornecedora de petróleo e gás natural para a União Europeia, sanções sobre as exportações da Rússia tendem a elevar o preço do petróleo e gás natural. A elevação dos preços agrícolas, como o trigo e o milho, deve pressionar também os insumos agrícolas nos mercados, e de alguma forma causar desaceleração das economias mundiais e alta da inflação.

O Banco de Compensações Internacionais (BIS), espécie de banco dos bancos centrais, constata que a economia global enfrenta neste momento uma incerteza generalizada e que os desafios dos Bancos Centrais se tornaram mais complexos, inclusive considerando que sanções tão abrangentes nunca foram aplicadas a um país tão interconectado na economia mundial como a Rússia.

Em função das incertezas acerca do conflito, analistas acreditam que o mercado europeu possivelmente seja o mais prejudicado e, diante da importância dos russos na produção de gás e petróleo, estimam que os efeitos devem ser mais inflacionários. A Agência está monitorando atentamente as repercussões desse conflito e seus impactos na economia mundial e brasileira, e no mercado em que atua.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência os seguintes pronunciamentos das normas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, CPC 41 – Resultado por ação e CPC 46 – Mensuração do Valor Justo - Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Agência de Fomento.



A autorização para o fechamento das Demonstrações Financeiras da Instituição, referente ao exercício de 2021, foi dada pela Diretoria em 11 de fevereiro de 2022.

3. Principais Práticas Contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

a) Disponibilidade - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de disponibilidades e de Títulos e Valores Mobiliários considerados como equivalentes de caixa (CPC 03), que são utilizados para atendimento dos compromissos imediatos.

b) Títulos e Valores Mobiliários

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos de Aplicação em Fundo de Investimentos são para negociação imediata e as LFT são mantidas até o vencimento, objetivando resguardar o efeito da variação do valor de mercado e a atual prática de contabilização.

c) Operações de Crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com as normas do Banco Central quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/1999 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H”, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – por meio da Resolução n.º 2.682/99.

d) Ativo Imobilizado e Intangível

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas abaixo:

- < 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança;
- < 20% para sistema de processamento de dados e de transporte.

Os valores registrados no intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.



e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%. A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 20% sobre o lucro real, na forma da legislação vigente.

g) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4% respectivamente e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da lei nº 12.715 de 17 de setembro de 2012 as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

h) Passivos contingentes

São avaliados e reconhecidos com base em parecer da Diretoria Jurídica, sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado, para os processos classificados como de perda possível onde não requer a provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas e para processos classificados com perda remota para as quais não efetuamos provisões ou divulgação.

i) Apresentação do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

j) Reapresentação de saldos comparativos das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020

A Agência realizou ajuste na Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, quanto a inclusão da estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa como ajuste ao lucro e alteração da variação das operações de crédito. O ajuste realizado está demonstrado a seguir:

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020		Exercício Reapresentado
	Exercício	Ajuste	
Resultado Líquido do Período	(3.053)		(3.053)
Ajustes do lucro líquido do exercício			
Depreciação e Amortização	136		136
Provisão para Operações de Crédito	-	907	907
Ajuste de Exercício Anterior	(1)		(1)
Resultado do período ajustado	(2.918)		(2.011)
Varição nas contas ativas e passivas			
Ativas	(12.247)		(12.247)
Redução (aumento) dos Títulos e Valores Mobiliários	(5.229)		(5.229)
Redução (aumento) das Operações de Crédito	(6.066)	(907)	(6.973)
Redução (aumento) dos Outros Créditos	(41)		(41)
Redução (aumento) dos Outros Valores e Bens	(4)		(4)
Passivas	11.174		11.174
Aumento (redução) Obrigações por Repasses do País	10.661		10.661
Aumento (redução) Outras Obrigações	513		513
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(3.084)		(3.084)

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estava assim composto, em 31 de dezembro 2021:

	31/12/2021	31/12/2020
Contas Correntes - Banco do Brasil	22	38
Títulos e Valores Mobiliários - Circulante (nota explicativa nº 5)	8.602	12.663
TOTAL	8.624	12.701

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro 2021, a carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

Categoria	Prazos	31/12/2021		31/12/2020	
		Saldo	Receitas	Saldo	Receitas
LFT - Vinculado ao Banco Central	01/09/2023	1.325	20	-	-
Fundo Invest. Renda Fixa	Sem vencimento	7.277	335	12.663	183
Total Circulante		8.602	355	12.663	183
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2021	-	-	5.888	95
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	01/03/2023	4.268	227	1.152	13
Total Não Circulante		4.268	227	7.040	108
TOTAL		12.870	582	19.703	291

Os valores de R\$ 1.325 mil e R\$ 4.268 mil registrados em Letras Financeiras do Tesouro correspondem respectivamente a 118 títulos com vencimento em 01/09/2023 e 380 títulos com vencimento em 01/03/2023. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados pela SELIC para títulos públicos federais, com resgate do principal em parcela única, na data do vencimento ou antecipado.

A aplicação de R\$ 7.277 mil em Cotas de Fundos de Investimento de renda fixa obteve uma rentabilidade no exercício de 3,79% correspondente a 86% do CDI.

Em 31 de dezembro 2021, a Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.



6. Operações de Crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com os riscos apresentados em relação ao tomador e seus garantidores, levando-se em conta situações de renda/faturamento, patrimônio e demais informações cadastrais, conforme Resolução nº 2.682/99 do BACEN.

As rendas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta Rendas a Apropriar, calculadas pró-rata dia. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

a) Composição por atividade econômica

Setor Privado	31/12/2021			31/12/2020		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Comércio/Serviços	2.544	2.674	5.218	2.063	2.409	4.472
Microcrédito	4.524	3.935	8.459	2.124	2.322	4.446
Turismo	1.017	3.765	4.782	469	2.287	2.756
Indústria	11	15	26	14	17	31
TOTAL	8.096	10.389	18.485	4.670	7.035	11.705

b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento

Nível de Risco	Faixa de Atraso	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor	%	Valor	%
AA	-	605	3	84	1
A	Até 14 dias	6.710	36	1.108	9
B	15 e 30 dias	4.532	25	3.950	34
C	31 e 60 dias	3.058	17	4.448	38
D	61 e 90 dias	787	4	740	6
E	91 e 120 dias	412	2	377	3
F	121 e 150 dias	584	3	157	1
G	151 e 180 dias	485	3	149	1
H	Acima de 180 dias	1.312	7	692	6
TOTAL DA CARTEIRA ATIVA		18.485	100	11.705	100

c) Composição vincendas e vencidas

Classificação - Nível de Risco	31/12/2021		31/12/2020	
	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas
AA	605	-	84	-
A	6.710	-	1.108	-
B	3.496	1.036	3.476	474
C	1.598	1.460	2.884	1.564
D	132	655	210	530
E	35	377	26	351
F	231	353	11	146
G	22	463	85	64
H	34	1.278	292	400
TOTAL	12.863	5.622	8.176	3.529

d) Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa

Classificação - Nível de Risco	Provisão %	31/12/2021		31/12/2020	
		Total das Operações	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão
AA	0	605	-	84	-
A	0,5	6.710	34	1.108	6
B	1	4.532	45	3.950	40
C	3	3.058	92	4.448	133
D	10	787	79	740	74
E	30	412	124	377	113
F	50	584	292	157	78
G	70	485	339	149	104
H	100	1.312	1.312	692	692
TOTAL		18.485	2.317	11.705	1.240

e) Movimentação da estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no Início do Período	1.240	1.078
Constituição da Provisão	2.043	1.233
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(510)	(744)
(-) Reversão de Provisão	(456)	(327)
TOTAL	2.317	1.240

f) Créditos Renegociados

	31/12/2021	31/12/2020
Renegociação	751	789

g) Recuperação de crédito baixado como prejuízo em exercícios anteriores

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no Início do Período	2.658	2.465
Créditos baixados como prejuízo	510	744
(-) Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(249)	(484)
(-) Descontos	(56)	(67)
Saldo no Fim do Período	2.863	2.658

h) Garantias:

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a FOMENTO TOCANTINS aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais em alienação fiduciária de bens móveis e imóveis.

7. Outros Créditos

Nesse subgrupo são registradas rendas a receber, adiantamentos, ressarcimento a receber, antecipações salariais e provisões de crédito de liquidação duvidosa, tendo como origem ativos financeiros não recebidos. Em 31 de dezembro de 2021 o subgrupo é composto por:



	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Rendas a Receber	29	40
Diversos	2.006	3
(-) Provisões Outros Créditos	(3)	-
TOTAL	2.032	42

Os valores de R\$ 2.006 mil e a provisão no valor de R\$ 3 mil, constante no quadro acima, é formado pelos recebíveis das vendas de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda.

8. Outros Valores e Bens

O subgrupo de outros valores e bens estava assim composto em 31 de dezembro de 2021:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda	2.111	-
Bens Não de Uso Próprio	-	4.893
(-) Prov. Desv. Outros Valores e Bens	-	(104)
Outros Bens	60	70
TOTAL	2.171	4.859

Composto por prédio comercial e apartamento, assim como o ajuste contábil em atendimento ao apontamento do BACEN, os ativos não financeiros mantidos para venda, material em estoque e despesas antecipadas são compostos, analiticamente, pelos seguintes registros:

Período	Observação		<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
		Ativos não financeiros mantidos p/ venda	2.111	4.893
23/12/2016	(A)	Prédio comercial ACCV SE 13 AV. LO-03, Palmas-TO	2.011	2.040
23/12/2016	(A)	Lote HM 1.2 E QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	-	1.110
26/04/2017	(B)	Lote HM 1.2 F QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	-	994
21/09/2017	(C)	Lote terra área rural TO-010 KM 24 - Fazenda Landi, Palmas-TO	-	930
29/09/2017	(D)	Apartamento 103 e 403 bloco A - Residencial Santiago Palmas-TO	118	237
29/09/2017	(E)	(-) Ajuste contábil conforme apontamento Banco Central n. 22	(18)	(418)
		Provisão Desvalorização Outros Valores e Bens	-	(104)
		Material em estoque	56	66
		Material consumo em Estoque	56	66
		Despesas antecipadas	4	4
		Prêmio Seguro	4	4
		TOTAL	2.171	4.859

A - Em dezembro de 2016, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: a) um Prédio Comercial Localizado na ACCVSE 13, situado na Avenida LO-03, Loteamento Palmas, em Palmas, com área de 687,20 m² dos quais estão averbadas 480,0 m², e os outros 207,20 m² constituindo-se em mezanino – benfeitorias não averbadas, avaliado em limite inferior R\$ 1.979 (mil) e limite superior R\$ 2.188 (mil); b) um Lote de Terras para construção urbana de número HM 1.2 E, situada na Qd ARSE 33, conjunto Lotes HM, Av. LO-07, loteamento Palmas/TO, com área total de 1.798,383 m², avaliado em limite inferior R\$ 940 (mil) e limite superior R\$ 989 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 3.150 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de "impairment", foi realizada novas avaliações desses bens a preço de mercado, procedendo-se provisionamento de desvalorização a preço de mercado, no valor de R\$ 36 (mil). O Lote de Terras para construção urbana, com área total de 1.798,383 m², foi alienado em data de 05/02/2021 e finalizado o



registro R16-93.055 em 06/05/2021 e o Prédio Comercial foi alienado em data de 29/11/2021 e finalizado o registro R17.1634 em 14/01/2022.

B - Em março de 2017, a Agência assinou um Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças, referente alienação fiduciária junto ao Banco Intermedium S/A, registrada no imóvel dado como Dação de pagamento em dezembro de 2016, valor da dívida paga em abril de 2017, R\$ 994 (mil), como contraprestação da assunção da dívida foi dado em dação de pagamento um lote de terras pra construção urbana de número HM-1.2-F, da quadra ARSE 33, conjunto lotes HM, situado à Avenida LO-07, do loteamento Palmas, em Palmas-TO, com área de 1.683,214 m², avaliado em RS 1.010 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desses bens a preço de mercado, procedendo-se provisionamento de desvalorização a preço de mercado, no valor de R\$ 68 (mil). Este Lote de Terras para construção urbana, com área total de 1.683,214 m², foi alienado em data de 05/02/2021 e finalizado o registro R17-93.056 em 06/05/2021.

C - Em setembro de 2017, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: Um lote de terras área rural situada na TO – 010 KM 24 – Desmembrada 04 – Fazenda Landi – Loteamento Água Fria – Palmas Estado do Tocantins, com área de 6,1988ha, com área de reserva legal de 02,1696ha, devidamente averbada sob nº AV03-62.319, Imóvel matriculado sob nº 88.223 de 04/05/2005, avaliada em limite inferior R\$ 900 (mil) e limite superior R\$ 1.027 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 930 (mil). Em setembro de 2018, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desse bem a preço de mercado, não havendo necessidade de ajustamentos nos registros contábeis desse imóvel, por existir um ganho de valor de mercado, no valor de R\$ 391 (mil). A área de terras para construção rural, com área total de 6,1988 ha, foi alienada em data de 05/02/2021 e finalizado o registro R12-88.223 em 26/11/2021.

D - Em setembro de 2017, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: a) um apartamento de construção urbana residencial denominado apartamento 103 Bloco A do condomínio “RESIDENCIAL SANTIAGO” situado a alameda 21, lote 08, conjunto HM-02, da Quadra ARSO 102, do loteamento Palmas, com área privativa total de 60.73m², área de uso comum total de 65.8412m², área total de 126.57116m², fração ideal de 3.121322%, correspondente a 79.95266m², da área do terreno, com matrícula nº 48.620, feita em 19/06/2001, avaliado em limite inferior R\$ 124 (mil) e limite superior R\$ 137 (mil); b) Um apartamento de construção urbana residencial denominado apartamento 403 Bloco A do condomínio “RESIDENCIAL SANTIAGO” situado a alameda 21, lote 08, conjunto HM-02, da Quadra ARSO 102, do loteamento Palmas, com área privativa total de 60.73m², área de uso comum total de 65.8412m², área total de 126.57116m², fração ideal de 3.121322%, correspondente a 79.95266m², da área do terreno, com matrícula nº 48.620, avaliado em limite inferior R\$ 134 (mil) e limite superior R\$ 148 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 237 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desse bem a preço de mercado, não havendo necessidade de ajustamentos nos registros contábeis desse imóvel, por existir um ganho de valor de mercado, no valor de R\$ 61 (mil). O apartamento 103 Bloco A, foi alienado em data de 07/12/2021 e finalizado o registro R10-117.652 em 20/12/2021.

E - Em apontamentos feitos pelo Banco Central do Brasil, através do Ofício 19357/2018-BCB/DESUC, datado de 1º de outubro de 2018, foi requerido o reconhecimento de estimativa de perda ao valor recuperável desses imóveis (referenciados no quadro 4.4, itens “A”, “C” e “D”) no montante de R\$ 418 (mil), por estarem superior ao valor registrado das respectivas operações (Cosif), reconhecido no resultado como despesas não operacionais.



8.1. Venda de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

Foi lavrada Certidão de Compra e Venda dos Ativos não Financeiros Mantidos para Venda, constantes na Nota Explicativa 8 acima:

A - Prédio Comercial, na data de 29 de novembro de 2021, havendo sinal de pagamento no mês de novembro de 2021 a título de formalização de intenção da operação, no valor de R\$ 500 (mil) e o saldo restante dividido em parcelas anuais, corrigida de forma anual pela taxa SELIC sobre o saldo devedor.

B - Apartamento 403 Bloco A, na data de 07 de dezembro de 2021, havendo sinal de pagamento no mês de dezembro de 2021 a título de formalização de intenção da operação, no valor de R\$ 20 (mil) e o saldo restante dividido em parcelas mensais, corrigida de forma anual pela taxa SELIC sobre o saldo devedor.

Esses bens se encontram com pacto adjeto de alienação fiduciária a favor da Agência de Fomento, em garantia ao pagamento da dívida decorrente na venda dos imóveis acima, bem como do fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais ou legais, pecuniárias ou não.

Os imóveis vendidos ainda estão registrados na conta 1.9.8.80.00.000 - ativos não financeiros mantidos para venda, aguardando a finalização dos registros em cartório.

9. Imobilizado

O quadro a seguir demonstra a movimentação do imobilizado e as respectivas depreciações:

	<u>2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2020</u>
Imobilizado Uso				
INSTALAÇÕES	350	-	-	350
MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	1.080	43	(122)	1.159
VEÍCULOS	209	-	-	209
SUBT-TOTAL	1.639	43	(122)	1.718
Depreciações Acumuladas				
(-) INSTALAÇÕES	(224)	(35)	-	(189)
(-) MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	(887)	(78)	121	(930)
(-) VEÍCULOS	(209)	(10)	-	(199)
SUBT-TOTAL	(1.319)	(123)	121	(1.318)
TOTAL	320	(80)	(1)	400

Os bens do imobilizado são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Em 31 de dezembro de 2021, a Agência entende que as premissas conhecidas não apontaram a necessidade de ajuste contábil de *impairment*.

10. Obrigações para Repasse no País – Instituições Oficiais

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, firmou contrato de credenciamento com o Ministério do Turismo no valor de R\$ 10.634 (mil), conforme contrato 001/2019, Processo nº 72031.002395/2019-47

e 72031.013504/2019-51, como objeto a prestação de serviços, na intermediação das operações de financiamentos para empresas do segmento de turismo, devidamente cadastradas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turismo do MTur – Cadastur.

Os recursos do FUNGETUR disponibilizados enquanto não desembolsados aos mutuários, bem como as parcelas referentes às amortizações dos financiamentos enquanto não repassadas ao FUNGETUR, serão remunerados, pro rata die, pela taxa SELIC.

A partir do desembolso dos financiamentos aos mutuários, até as datas estipuladas para as amortizações desses financiamentos, incidirá atualização monetária, pro rata die, com base na variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou por outro que legalmente venha a substituí-lo. O valor é devido ao FUNGETUR pelos mutuários, sendo recolhido pela Agência de Fomento.

FUNGETUR	31/12/2021	31/12/2020
Curto Prazo	1.091	491
Longo Prazo	9.196	10.170
TOTAL	10.287	10.661

Do montante contratual no *caput*, foi disponibilizado no dia 09/04/2020 o valor de R\$ 5.317 (mil) e no dia 21/09/2020 o valor de R\$ 5.317 (mil), havendo negociações de financiamentos junto a mutuários no valor de R\$ 4.777 (mil), conforme distribuição abaixo:

Recurso - FUNGETUR	31/12/2021			31/12/2020		
	Até 360	Acima de 360	Total	Até 360	Acima de 360	Total
Fungetur Aquisição de Bens e Giro	76	406	482	29	204	233
Fungetur Capital de Giro	935	2.306	3.241	435	2.079	2.514
Fungetur Obras Civas	1	1.053	1.054	-	-	-
TOTAL	1.012	3.765	4.777	464	2.283	2.747

11. Outras Obrigações

Composta por tributos, encargos trabalhistas, remunerações a colaboradores, passivos derivados de apropriações por competência (*accruals*), obrigações com terceiros por serviços tomados, passivos contingentes e outras obrigações. Em 31 de dezembro de 2021 apresenta o seguinte saldo:

	31/12/2021	31/12/2020
COBRANÇA ARRECADAÇÃO TRIBUTOS		
IOF- OP. CRÉDITO	1	-
SUB-TOTAL	1	-
FISCAIS PREVIDENCIARIAS		
IMP. CONTRIB S/ SERV TERCEIROS	37	5
IMP. CONTRIB S/ SALARIOS	128	169
OUTROS IMP. CONTRIBUICOES	24	15
SUB-TOTAL	189	189
DIVERSAS		
PROV. DESPESAS PESSOAL	262	154
PROVISÃO OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	82	54
PROV. PASSIVOS CONTINGENTES	46	128
CREDORES DIVERSOS-PAÍS	670	495
SUB-TOTAL	1.060	831
TOTAL	1.250	1.020

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de infração contra

a Agência de Fomento, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos e contribuições sociais.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Para os exercícios 2021 e 2020, as contingências passivas se apresentam em conformidade com o quadro a seguir:

Contingência Passiva	Linha de Crédito	Data de Protocolo	Posicionamento	Valor Estimado	
				31/12/2021	31/12/2020
Contingência Civil Passiva (embargos à execução)	Agronegócio	08/03/2012	PROVÁVEL / Julgado procedente em parte.	-	40
Contingência Civil Passiva (ação de indenização)	Microcrédito	11/10/2012	PROVÁVEL	9	31
Contingência Civil Passiva (ação declaratória de inexistência de dívida c/c recuperação de danos)	Microcrédito	12/08/2013	PROVÁVEL	-	20
Contingência Civil Passiva (embargos à execução)	Comércio	14/03/2014	PROVÁVEL / Julgado procedente em parte.	32	32
Contingência Trabalhista Passiva (reclamação trabalhista)	-	05/07/2017	PROVÁVEL / Julgado procedente em parte.	5	5
TOTAL				46	128

12. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social subscrito em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 41.411 mil e integralizado é de 41.300 mil, dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Foi homologado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de outubro de 2021, aporte de capital no valor de R\$ 1.308 mil, provenientes de todos os acionistas, mantendo-se a proporcionalidade entre os acionistas da Instituição e sem emissão de ações. Até 31 de dezembro de 2021, deste montante foram integralizado R\$ 1.304 mil e a integralizar R\$ 4 mil.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Agência apresentava o seguinte saldo:

(Em reais)							
ACIONISTAS	TIPOS DE AÇÕES	PARTICIPAÇÃO (%)	NÚMERO DE AÇÕES	VALOR DAS AÇÕES	CAPITAL INTEGRALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR	
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	41.162.189	41.162.189	-	
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	41.411	29.841	11.569	
FIETO	O.N.	0,1	6.000	41.411	28.533	12.877	
FAET	O.N.	0,1	6.000	41.411	28.131	13.280	
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	41.411	29.841	11.569	
FACIET	O.N.	0,1	6.000	41.411	11.393	30.018	
SICON	O.N.	0,1	6.000	41.411	9.683	31.728	
TOTAL		100	6.000.000	41.410.655	41.299.611	111.041	

b) Prejuízo Acumulado

Em 31 de dezembro de 2021 a Agência apresentava o seguinte saldo:



	31/12/2021	31/12/2020
RESULTADO ACUMULADO		
Resultado de exercícios anteriores	(16.307)	(13.254)
Resultado do período	(3.090)	(3.053)
TOTAL	(19.397)	(16.307)

Em 2021 as receitas totalizaram R\$ 4.329 mil, incluindo as reversões e recuperações de créditos baixados como prejuízo e as despesas totais no valor de R\$ 7.419 mil, incluindo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, fechando com um prejuízo de R\$ 3.090 mil (em 2020 foi um prejuízo de R\$ 3.053 mil). A Agência vem apresentando prejuízo nos últimos exercícios sociais, diminuindo o patrimônio líquido e fazendo surgir a necessidade de aportes de capital social, de forma a atender os indicadores e índices exigidos das Instituições Financeiras, por meio dos normativos do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional.

13. Receita de Intermediação Financeira

Em 31 de dezembro de 2021 a Agência apurou receita operacional conforme abaixo:

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Operações de Crédito	1.269	2.309	1.368
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	389	581	291
TOTAL	1.658	2.890	1.659

Estando, os valores de 2021, assim compostos:

	2021	
	2º semestre	Exercício
RENDAS OPERACOES CREDITO	1.269	2.308
RENDAS EMPRÉSTIMOS	1.115	2.052
RENDAS FINANC.	154	256
RENDAS TIT. VAL. MOBILIÁRIOS	389	582
RENDAS TIT. RENDA FIXA	159	247
RENDAS APLICAÇÕES FUNDOS	230	335
TOTAL	1.658	2.890

14. Despesas de Intermediação Financeira

Em 31 de dezembro de 2021 a Agência teve despesas com intermediação financeira no montante abaixo demonstrado:

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(1.001)	(2.045)	(1.234)
REVERSÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	368	457	327
RECUPERAÇÃO CREDITOS BAIXADOS COMO PREJUÍZO	162	249	484
DESPESAS DE OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	(189)	(284)	(87)
TOTAL	(660)	(1.622)	(510)

15. Despesas de Pessoal e Honorários

Composto por honorários ao conselho fiscal, conselho administrativo, ajuda de custo, vale transporte, encargos previdenciários (FGTS e INSS), bem como remuneração aos colaboradores. Em 31 de dezembro de 2021 apresentou o seguinte saldo:



	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
DESPESAS HONORÁRIOS	(171)	(321)	(330)
DESPESAS PESSOAL - BENEFÍCIOS	(314)	(611)	(561)
DESPESAS PESSOAL - ENCARG.	(266)	(553)	(553)
DESP. PESSOAL - PROVENTOS	(701)	(1.404)	(1.358)
DESP. PESSOAL - TREINAMENTOS	-	(1)	-
DESPESAS REMUNERAÇÃO ESTAGIÁRIOS	(6)	(23)	(12)
TOTAL	(1.458)	(2.913)	(2.814)

16. Outras Despesas Administrativas

Em 31 de dezembro de 2021 o subgrupo outras despesas administrativas apresentava a seguinte composição:

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
DESPESAS AGUA, ENERGIA GAS	(48)	(85)	(85)
DESPESAS ALUGUÉIS	(77)	(149)	(158)
DESPESAS COMUNICAÇÕES	(28)	(59)	(95)
DESP. MANUT. CONSERV. BENS	(76)	(153)	(152)
DESPESAS MATERIAL	(12)	(25)	(11)
DESPESAS PROCESSAMENTO DADOS	(378)	(644)	(358)
DESPESAS PROMOÇÕES RELAÇÕES	(1)	(1)	-
DESPESAS PROPAGANDA PUBLICIDADE	-	-	(1)
DESPESAS PUBLICAÇÕES	(7)	(96)	(133)
DESPESAS SEGURO	(4)	(8)	(8)
DESPESAS SERVICOS SIST.	(96)	(148)	(97)
DESPESAS SERVICOS TERCEIROS	-	(2)	(3)
DESPESAS SERV. VIGILANCIA	(4)	(8)	(8)
DESP. SERV. TECNICOS	(19)	(37)	(39)
DESPESAS TRANSPORTES	(26)	(41)	(20)
DESPESAS VIAGENS NO PAIS	(32)	(56)	(41)
DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO	(3)	(129)	-
DESPESAS DE DEPRECIAÇÃO	(56)	(70)	(136)
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(34)	-	(75)
TOTAL	(901)	(1.711)	(1.420)

17. Despesas Tributárias

Em 31 de dezembro de 2021 a Agência apresentada a seguinte composição quanto às despesas tributárias:

	2021		2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(6)	(12)	(36)
DESPESAS IMPOSTO SOBRE SERV.	(18)	(32)	(14)
DESPESAS CONTRIBUIÇÃO AO COFINS	(83)	(144)	(78)
DESPESAS CONTRIBUIÇÃO AO PIS	(14)	(24)	(13)
TOTAL	(121)	(212)	(141)

18. Patrimônio de Referência (Acordo de Basileia)

Em 31/12/2021, o Patrimônio de Referência Exigido + Risco de Mercado para a Agência de Fomento, calculado com base em sua estrutura patrimonial e na ponderação de risco de seus ativos, foi de R\$ 5.310 mil. A parcela do patrimônio líquido excedente ao mínimo exigido representa um grande potencial de alavancagem dos ativos, possibilitando a realização de novas operações até o montante de R\$ 10.703 mil, o que propiciará intensificar a atuação da Agência de Fomento como indutora do desenvolvimento do Estado.

19. Instrumentos Financeiros

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins não opera com instrumentos financeiros derivativos.

20. Seguros

A Instituição objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

21. Transações com Partes Relacionadas

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins tem como seu principal acionista o Governo do Estado do Tocantins e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não realizou transações de qualquer natureza com partes relacionadas.

22. Recursos Humanos

O quadro atual de pessoal é composto por 40 funcionários, sendo 31 celetistas contratados por tempo indeterminado sem concurso público, incluindo a Diretoria Executiva, e 9 funcionários cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, acionista majoritário.

23. Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins – FDESTO

O Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins (FDESTO) regido pela Lei nº 3.665 de 12 de maio de 2020, tem por objetivo de fomentar a economia, com vistas a desenvolver a produção e a comercialização de produtos e serviços, nos setores da indústria, agroindústria, piscicultura e comércio, por meio de financiamento orientado a micro, pequenos e médios empreendimentos, considerados relevantes para o desenvolvimento com sustentabilidade do Estado, com enfoque econômico.

Em 31 de dezembro de 2021, tem um saldo registrado em contas de compensação da Agência de Fomento do Estado do Tocantins no valor de R\$ 4.424 (mil), referente ao total dos ativos do FDESTO. A Agência de Fomento do Estado do Tocantins receberá à título de remuneração pela administração do Fundo o percentual de 0.60% a.m, sobre a carteira ativa dos créditos liberados.



24. Gerenciamento de Risco

A Agência de Fomento adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais e de mercado.

São apresentados os principais riscos relacionados às atividades da Agência de Fomento, além de detalhar o apetite de riscos em suas atividades e de estratégias de identificação, monitoramento, gestão e mitigação deles.

Ressalta-se que as aplicações financeiras estão registradas em Títulos e Valores Mobiliários que são mantidos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o vencimento, e em Cotas de Fundos que foram mantidas em Fundos de Investimentos referenciados por CDI, por isso não estão expostas a risco de mercado.

24.1. Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez visa garantir que a Agência de Fomento cumpra com suas obrigações, mesmo em períodos de estresse prolongados, sem prejudicar os negócios, evitando perdas consideráveis, sendo controlada pelo indicador de liquidez da Instituição.

A gestão do risco de liquidez ocorre pela determinação de um volume de recursos, composta de ativos líquidos de alta qualidade necessários para honrar com as obrigações em longos cenários de estresse.

Nesse ínterim, são determinados limites para os Indicadores de Liquidez da Agência de Fomento, com o propósito de preservar fontes de captações pulverizadas e de baixo custo para manter um nível de caixa adequado as obrigações da Instituição, garantindo a continuidade em situações de estresse.

24.2. Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito é realizada pelo acompanhamento da carteira de crédito e dos indicadores de inadimplência consolidados.

O procedimento de liberação de crédito zela pela qualidade, segurança e liquidez no emprego dos ativos de crédito, com o propósito de manter eficiência e rentabilidade na carteira de crédito, através de controles com alçadas operacionais para liberação de crédito. As renegociações de crédito são submetidas aos mesmos controles de uma concessão inicial.

A Agência de Fomento busca segurança e qualidade da carteira, através de lastros compatíveis com os riscos assumidos, dado os volumes, períodos e objetivos dos créditos liberados e retendo provisionamento apropriados com níveis de concentração aceitáveis.

24.3. Risco de Mercado

A Agência de Fomento controla diariamente a expectativa de perdas em função da variação de preços e taxas dos ativos financeiros, uma vez que existe a possibilidade de as operações apresentarem descasamentos de indexadores e prazos.

As métricas controladas têm o objetivo de assegurar a composição apropriada dos portfólios através do mapeamento dos fatores de riscos e do acompanhamento de limites, buscando o desenvolvimento sustentável dos negócios e volatilidade reduzida dos resultados.

24.4. Risco Operacional

Perdas operacionais decorrentes de erros, não conformidades ou procedimentos inapropriados, de sistemas ou colaboradores, ou de eventualidades são reportadas internamente, processadas pela Coordenadoria de Risco, e um plano de ação mitigatório efetivo é implementado.

A Agência de Fomento busca minimizar os riscos operacionais relativos à corrupção, fraudes, descumprimentos propositais de questões regulamentares ou legislativas, e, também, minimizar erros humanos ou de processos na execução de negócios e das tarefas de suporte.

24.5. Gerenciamento de Capital

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva a Política de Gerenciamento de Capital a qual traz a forma de atuação quanto as metas e projeções de capital, a política de distribuição do capital, e as principais fontes de capital da Agência de Fomento, bem como, sua estrutura, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional e normas complementares.

24.5.1. Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- I - Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- II - Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- III - planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital a Instituição deve adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do PRE, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

24.5.2. Objetivos

- ✓ Garantir o cumprimento legal das normas aqui contempladas;
- ✓ Constituir as diretrizes e os procedimentos internos a serem adotados pela Agência de Fomento no gerenciamento de capital;
- ✓ Estabelecer os procedimentos de monitoramento, avaliação de capital e planejamento de metas de necessidade de capital;
- ✓ Considerar os objetivos estratégicos da instituição que estão sob a responsabilidade das áreas inseridas no processo de gerenciamento de capital.

24.6. Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse é um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotados de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição em possíveis situações adversas e extremas. Os testes de estresse servem para fins de supervisão, para definir políticas e estratégias apropriadas para atenuar os choques em cenários adversos e peculiares.

Exercem papel essencial para reforçar a governança corporativa, a resistência das instituições, do sistema financeiro e evidencia, como benefício, a identificação dos pontos vulneráveis da Instituição. Analisa potenciais efeitos e fatores que sejam adversos ao cenário atual, adotando a análise de sensibilidade para mensurar alterações nos riscos de crédito e de liquidez. O Teste de Estresse é o exercício, com finalidade definida, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na Instituição ou em um portfólio específico. Devem ser utilizados como uma ferramenta de **Gerenciamento de Riscos** e para auxílio nas tomadas de decisões de negócios da Instituição.

24.7. Declaração de Appetite a Risco – RAS

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva a Declaração de Appetite aos Riscos. A RAS contém:

- os tipos de riscos e os respectivos níveis que a Instituição está disposta a assumir;
- a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente;
- os objetivos estratégicos da Instituição; e
- as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que a instituição atua.

24.8. Risco Socioambiental

A Agência de Fomento estabelece rotinas e procedimentos para identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental das atividades e operações realizadas por quaisquer empresas junto a Instituição. Tais rotinas e procedimentos são realizados, considerando os princípios da proporcionalidade e relevância das operações e setores de atuação do cliente, bem como eventuais especificidades.

24.9. Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e Corrupção

Para garantir o cumprimento dos princípios e objetivos da Agência de Fomento e, ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal nº. 9.613/1998 com redação da Lei Nº 12.683, de 9 de julho de 2012 e Circular

BACEN nº 3.461/2009 com suas normas complementares, a Fomento possui manual de PLD, o qual têm por objetivo estabelecer as diretrizes gerais e os procedimentos internos a serem adotados na Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e nas práticas de Corrupção, os procedimentos de detecção e análise de indícios de lavagem de dinheiro e a comunicação de ocorrências ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, bem como de estabelecer a competência e responsabilidade de cada área no processo de detecção de indícios do crime de lavagem de dinheiro.



24.10. Segurança Cibernética

São considerados riscos de segurança cibernético, riscos que afetam diretamente a confidencialidade das informações corporativas e/ou dos clientes da Agência de Fomento e/ou que afetam as operações da Instituição.

Diante do exposto, o referido risco é um potencial associado à exploração de uma ou mais vulnerabilidades de um recurso (ou conjunto de recursos) ou de processos, por parte de uma ou mais ameaças, com impacto negativo nos recursos afetados, por conseguinte na atividade e negócio da organização.

A avaliação das práticas de segurança é realizada no desenvolvimento de qualquer sistema relevante, tornando o processo de concepção dos sistemas construídos dentro da Instituição mais confiável e com controle de auditoria, atendendo aos requisitos e metodologia interna, assegurando que as informações processadas sejam protegidas.

Palmas, 25 de abril de 2022

DENISE ROCHA DOMINGUES

Diretora-Presidente

JORGE LUIZ MATHEUS

Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO

Coordenador de Contabilidade e Finanças

CRC TO 003075/O



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho fiscal da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em reunião realizada no dia 08 de junho de 2022, cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2021, apreciou o Relatório da Administração, as respectivas Notas Explicativas, o parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao término do exercício e, assim, diante das peças apresentadas e após a análise de toda a documentação, referente ao período e, ainda, considerando a manifestação contida no Parecer da CONVICTA AUDITORES IMDEPENDENTES S/S, entendeu que a Prestação de Contas representa, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Instituição e opina, favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos. Palmas - TO, 08 de junho de 2022.

JOSÉ PEDRO DIAS

LEITE

Presidente

FRANCISCO ALMEIDA

COSTA

Membro

BRUNO BARRETO

CESARINO

Membro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em reunião realizada no dia 13 de junho de 2022, cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2021, apreciou o Relatório da Administração, as respectivas Notas Explicativas, o parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao término do exercício e, assim, diante das peças apresentadas e após a análise de toda a documentação, referente ao período e, ainda, considerando a manifestação contida no Parecer da CONVICTA AUDITORES S/S, entendeu que a Prestação de Contas representa, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Instituição e opina, favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos. Palmas - TO, 13 de junho de 2022.

DENISE ROCHA DOMINGUES

Presidente

CLERSON DALVANI REIS

Vice-Presidente

CLEOMAR ARRUDA SILVA

Membro

ANDERSON LUIZ JUSTINO

MARTINS

Membro

LUIZ CARLOS CARNEIRO

Membro